

CAPÍTULO VI

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS E BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES

1 – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

Com o intuito de permitir a comparação dos dados do exercício de 2003, referente ao impacto fiscal das atividades do BNDES em 2002, foi mantida a estrutura de apresentação utilizada naquela oportunidade e, também, seguir os mesmos preceitos então empregados, sintetizados a seguir.

Primeiro, como o demonstrativo integra a prestação de contas da União, a exemplo desta, tem dados contábeis como fonte primária de informação e, assim, todos os valores especificados adiante na avaliação das atividades do Sistema BNDES no exercício de 2003 foram extraídos da contabilidade do Banco.

Segundo, a idéia de impacto fiscal das agências oficiais de fomento pressupõe que, para esse efeito, elas não façam parte do setor público, conforme procedimento observado nas diferentes metodologias para mensuração das contas públicas, adotado pelo País e recomendado por organismos internacionais, como a ONU, o FMI e a OCDE. De fato, as instituições financeiras estatais são excluídas do universo compreendido pelo setor público e tratadas como se fossem parte do setor privado. Assim, a avaliação identificou todas as transações consideradas de natureza fiscal realizadas em 2003 entre o BNDES e o setor público não-financeiro brasileiro, incluindo receitas, despesas ou posições patrimoniais, não apenas em relação ao controlador do BNDES - o Tesouro Nacional - como também: todos os demais entes que integram a administração federal autárquica, fundacional, fundos e mesmo empresas estatais não-financeiras; e o mesmo universo institucional das administrações públicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Terceiro, considerou-se as transações tipicamente fiscais, que afetam diretamente o resultado da administração pública, especialmente as que envolvem fluxos registrados nos orçamentos. Assim, identificou-se as transações do BNDES que: a) gerem receitas para o setor público, como o recolhimento de tributos, juros, lucros e dividendos e mesmo a concessão de empréstimos e financiamentos a governos; e, b) compreendam a realização de despesas pelas administrações públicas, como a concessão de empréstimos do Tesouro ao BNDES, as subscrições para aumento de seu capital e o próprio serviço da dívida assumida anteriormente por entes estatais junto ao Banco.

Pela ótica da apuração da dívida líquida do setor público e mensuração do resultado de um período a partir da variação desse saldo devedor (apuração “abaixo da linha”), identificou-se as posições patrimoniais e suas alterações anuais, ou seja: a) no ativo, o saldo credor do BNDES junto às entidades das administrações públicas federal, estadual e municipal (como o saldo credor decorrente de financiamentos concedidos ou da aquisição de debêntures e outros títulos); e, b) no passivo, o montante da dívida do BNDES junto às mesmas entidades (por exemplo, relativa a recursos captados pelo Banco junto a fundos federais).

As aplicações das disponibilidades de caixa do Sistema BNDES em títulos públicos federais não são tratadas como tendo impacto fiscal direto, pois são operações eminentemente financeiras de preservação da liquidez da instituição a curto prazo.

Reiteramos o registro constante nas avaliações relativas a anos anteriores de que outras atividades do BNDES que não envolvem transações financeiras diretas com as administrações têm um impacto fiscal indireto, como nos casos de uma eventual atuação do Banco como agente executor de política nacional de desestatização, no apoio à implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal, na administração de fundos federais e mesmo na realização de operações no mercado de capitais, atividades que, em última instância, contribuem para a melhoria das contas públicas.

Seguindo aqueles preceitos, foram extraídos dados da contabilidade do BNDES que implicam em um impacto objetivo e direto sobre os resultados das administrações públicas brasileiras.

O levantamento compreende as maiores transações, não incluindo possivelmente algumas operações de pequeno valor, como, por exemplo, no caso dos tributos, o pagamento dos impostos sobre propriedades, das taxas pela prestação de serviços (coleta de lixo, incêndio...) ou de impostos sobre eventuais transmissões imobiliárias.

São apresentados em primeiro lugar os montantes dos fluxos (transações “acima da linha”), e, depois, comentadas as variações dos estoques patrimoniais (apuração “abaixo da linha”).

Considerando as receitas arrecadadas pelas administrações públicas, o Tesouro Nacional recebeu, naturalmente, os maiores pagamentos realizados pelo Sistema BNDES no exercício de 2003, sendo cerca de R\$ 734 milhões em receitas tributárias, considerados os recolhimentos de seu imposto de renda (IRPJ) e das contribuições sobre receitas (COFINS e PASEP) e lucro (CSLL). A título de dividendos e juros sobre o capital próprio, ingressaram efetivamente nos cofres do Tesouro R\$ 606 milhões. Assim, nestas duas categorias, o BNDES respondeu pelo aporte de R\$ 1.340 milhões no caixa do Tesouro Nacional em 2003.

Ainda quanto aos recolhimentos tributários, o Sistema BNDES aportou ao INSS mais de R\$ 64 milhões como contribuições dos empregadores sobre a folha salarial. Não foram consideradas as contribuições previdenciárias descontadas dos funcionários, assim como o IR também retido na fonte da folha salarial. Em favor do nível municipal de governo, o recolhimento foi de R\$ 1.371 mil referente ao imposto sobre serviços (ISS).

No cômputo global, o BNDES respondeu diretamente pelo pagamento de mais de R\$ 1.406 milhões às administrações públicas diretas brasileiras, como receitas tributárias e patrimoniais.

As transações financeiras do BNDES envolvendo fundos federais, cujos fluxos são computados como “abaixo da linha” nas apurações dos resultados fiscais, continuam sendo muito expressivas.

Com relação ao FAT, a movimentação financeira no exercício de 2003 envolveu, por um lado, o pagamento pelo BNDES ao FAT de um montante de R\$ 5,97 bilhões, e, por outro, o recebimento de cerca de R\$ 7,1 bilhões.

Conforme já salientado nas avaliações relativas aos exercícios de 2001 e 2002, os recursos aportados pelo FAT ao BNDES representam a concessão de créditos e são escriturados como inversões financeiras. Não constituem, portanto, uma despesa fiscal tradicional, a fundo perdido. Isso significa que todo e qualquer recurso repassado pelo FAT ao Banco constitui um crédito do governo federal e, como tal, esse aporte tem um impacto superavitário sobre as contas públicas. Como parcela substancial desses recursos não é aplicada pelo BNDES em empréstimos ou financiamentos a outros governos ou entes do setor público, o crédito do FAT, por seu volume expressivo, tem um impacto direto e positivo em termos de geração de superávit para todo o setor público brasileiro.

Quanto aos outros fundos federais administrados pelo BNDES: o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND aportou ao BNDES um montante de R\$ 584 milhões, contra pagamentos realizados pelo banco de R\$ 460 milhões; o Fundo da Marinha Mercante – FMM transferiu R\$ 881 milhões para o BNDES e dele recebeu cerca de R\$ 836 milhões; e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade – FGPC aportou cerca de R\$113 milhões, contra R\$ 50 milhões recebidos do banco; o Fundo de Garantia à Exportação – FGE direcionou R\$ 276 milhões para o BNDES contra pagamentos realizados da ordem de 157 milhões e o Fundo de Terras e Reforma Agrária – Banco da Terra aportou R\$ 180 milhões no BNDES, perante pagamentos da ordem de R\$ 200 milhões.

Considerando-se todos os créditos do FAT, FND e FMM contra o BNDES como redutores da dívida líquida federal e do consolidado do setor público, conclui-se que o montante de recursos que emprestaram ao BNDES em 2003, na casa de R\$ 8,6 bilhões, significou uma expressiva contribuição para a redução da dívida pública líquida e para a geração de superávits nas contas estatais. No que tange ao Fundo de Garantia à Exportação (FGE), Fundo de Terras e Reforma Agrária (Banco da Terra) e Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade (FGPC) cumpre observar que cabe ao BNDES apenas a sua administração.

Quanto ao PIS-PASEP, um fundo de natureza social, pertencente à coletividade dos trabalhadores brasileiros, embora seu capital não pertença à União (e, como tal, não integre o orçamento federal), cumpre registrar que, no exercício de 2003, os pagamentos do BNDES para o referido fundo foram de cerca de R\$ 1,8 bilhão, aproximadamente 30 % dos pagamentos efetuados ao FAT.

Em termos de balanço de ações sociais, os pagamentos efetuados pelo BNDES ao FAT e ao PIS/PASEP, somando mais de R\$ 7,7 bilhões, constituíram importante fonte para o financiamento das ações daqueles fundos, na concessão de benefícios diretos aos trabalhadores, na forma de seguro-desemprego, abono salarial e saque de cotas, e através dos programas de treinamento de mão-de-obra.

Finalmente, com respeito aos empréstimos e financiamentos concedidos pelo BNDES ao setor público não-financeiro, o balanço de operações revela uma elevação da dívida pública contraída junto ao BNDES, a qual expressa um maior apoio do Banco tanto a iniciativas de modernização da gestão pública, via financiamento de prefeituras, como empréstimos a projetos de infra-estrutura a cargo da Administração Pública. Essa elevação de dívida pública tem, evidentemente, efeito sobre a geração de déficit, mas, em relação ao conjunto de credores da instituição, representa parcela relativamente pequena.

No exercício de 2003, o BNDES liberou um montante de R\$ 1.893 milhões em favor das administrações públicas e recebeu como amortizações de seus créditos R\$ 832 milhões. Em termos de estoque, elevou-se a dívida da administração pública junto ao BNDES de um saldo devedor contábil de cerca de R\$ 5.002 milhões em 31.12.2002 para R\$ 5.166 milhões ao final de 2003.

Conclui-se com a avaliação de que as atividades do BNDES no exercício financeiro de 2003 tiveram um impacto fiscal significativamente favorável. Diretamente, o efeito líquido de suas transações fiscais é amplamente superavitário, como consequência da geração de receitas públicas e da absorção de créditos que reduzem a dívida federal, superando significativamente o fato de ter havido ampliação dos empréstimos e financiamentos do banco para o setor público. Consta-se que os recursos aportados pelo FAT ao BNDES, na casa de R\$ 7,1 bilhões, durante o exercício de 2003 tiveram um efeito direto de redução da dívida bruta do Tesouro Nacional e, por conseguinte, geração de superávit no mesmo montante. Se forem computados também os créditos dos outros fundos e o recolhimento dos tributos e dos juros e dividendos ao Tesouro, e descontada a elevação da dívida do setor público não-financeiro, o efeito superavitário das transações do BNDES em 2003 montou a mais de R\$ 10,8 bilhões, ou cerca de 0,7 % do PIB.

Conforme mencionado em avaliações anteriores, a contribuição do BNDES no plano fiscal no Brasil não tem se limitado ao impacto de suas operações financeiras. Em especial, cabe destacar, entre outras iniciativas, a ação do Banco como órgão de apoio à modernização da administração pública por intermédio do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos - PMAT e do Banco Federativo.

TRANSAÇÕES DO BNDES COM OS TESOUROS PÚBLICOS/2003

PRINCIPAIS PAGAMENTOS (*)	R\$ MIL
Ao Tesouro Nacional (impostos e contrib.)	734.314,2
Imposto de Renda	317.762,4
Contribuição s/ Lucro	142.914,5
PASEP	44.881,9
COFINS	228.755,4
Ao TN (dividendos e juros s / capital próprio)	606.576,3
À Previdência Social (contrib. patron. INSS)	64.158,5
Ao Tesouro Municipal (RJ) – ISS	1.371,3
TOTAL RECOLHIDO ÀS ADM. DIRETAS	1.406.420,3

Fonte: AF/DEPCO/GCONT3, AF/DEPCO/GCONT2 e AAI/DEPES/GPAG

(*) Não foram computados os recolhimentos de taxas e outros impostos de pequeno valor, bem como as retenções na fonte efetuadas por terceiros.

TRANSAÇÕES DO BNDES COM FUNDOS FEDERAIS/2003

FUNDOS	RECEBIMENTOS	PAGAMENTOS	R\$ Mil
			LÍQUIDO
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	7.179.316,0	5.976.062,0	1.203.254,0
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND	584.314,8	460.054,5	124.260,3
Fundo de Garantia à Exportação – FGE	276.853,8	157.628,9	119.224,8
Fundo de Terras e Reforma Agrária – Banco da Terra	180.043,8	200.408,6	(20.364,8)
Fundo da Marinha Mercante – FMM (**)	881.447,3	836.185,8	45.261,5
Fundo Garantia p/ Promoção da Competitividade - FGPC	113.271,6	50.576,8	62.694,7
Fundo PIS/PASEP (*)	353.006,3	1.807.382,0	(1.454.375,7)

Fonte: AF/DEPCO/GCONT2

(*) Fundo que não integra o orçamento federal

(**) Somente receitas e despesas administradas pelo BNDES

OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO BNDES COM O SETOR PÚBLICO NÃO FINANCEIRO/2003

R\$ Mil	
OPERAÇÕES REGISTRADAS NO CADIP	VALOR
Saldo devedor em 31.12.2002	5.002.479,00
(+) Liberações em 2003	1.893.787,00
(-) Amortizações em 2003	832.127,00
(-) Devolução Liberação	896.764,00
(-) Juros compensatórios	800,00
Saldo devedor em 31.12. 2003	5.166.575,00

Fonte: AF/DEFIN/GVAL

2 - BANCO DO BRASIL S.A. - BB

Educação Ambiental

Ação: Educação do Produtor Rural para a Utilização de Práticas Conservacionistas (BB - Agenda Verde)

Órgão Gestor do Programa: Ministério do Meio Ambiente

- a) Ações desenvolvidas: o projeto "Agenda Verde do BB" está em processo de reformulação no âmbito do Banco do Brasil; a partir de 2003, o Banco passou a buscar formas mais efetivas de conscientizar e divulgar aos produtores rurais as práticas conservacionistas. Estão sendo firmadas parcerias com órgãos e entidades de classe, tais como: SENAR, EMBRAPA, EMATER, SINDICATOS, COOPERATIVAS, no intuito de realizar seminários, palestras, encontros com produtores rurais para divulgação das técnicas agrícolas sustentáveis e dos novos mercados para produtos agropecuários, motivo pelo qual deixou de confeccionar as agendas verdes.

Geração de Emprego e Renda

Ação: Concessão de Crédito a Cooperativas e Associações de Produção

Órgão Gestor do Programa: Ministério do Trabalho e Emprego

- a) Ações desenvolvidas: deixamos de prestar as informações solicitadas, tendo em vista que quando da elaboração do PPA esta ação foi incluída em conjunto com a ação Concessão de Crédito a Mini e Pequenos Produtores Rurais; o Banco do Brasil atende as cooperativas rurais utilizando os recursos do crédito rural, inclusive recursos do Pronaf e Proger, dados esses já computados nas respectivas ações.

Geração de Emprego e Renda

Ação: Concessão de Crédito a Mini e Pequenos Empreendedores Urbanos

Órgão Gestor do Programa: Ministério do Trabalho e Emprego

- a) Ações desenvolvidas: em 2001 houve assinatura de convênio com fabricantes de motocicletas: Honda, Yamaha, Kasinski, Sundown e Suzuki; em outubro/2003 foi assinado protocolo de intenções com o MEC - Ministério da Educação e Cultura para divulgação da linha de crédito a professores, nas Secretarias Estaduais de Educação.
- b) Resultados alcançados: a meta para esta ação estabelecida pelo Banco do Brasil para o ano de 2003 é de R\$ 294.633.000,00, diferentemente do valor registrado no SIGPLAN. Sobre esta meta, o valor observado alcançou 94,6%.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

Mês	Financeiro (R\$)	Físico
	BR	BR
janeiro/03	28.818.524	2.630
fevereiro/03	26.438.156	2.044
março/03	23.688.117	1.602
abril/03	26.429.531	1.929
maio/03	27.214.224	1.820
junho/03	24.203.467	1.842
julho/03	28.242.419	2.125
agosto/03	23.549.914	1.802
setembro/03	21.723.805	1.688
outubro/03	18.964.300	1.688
novembro/03	14.999.756	1.546
dezembro/03	14.460.885	1.514
Total Realizado	278.733.098	22.230
Total Previsto Ano	1.868.247.596	98.049
Variação %	14,9 %	22,7 %

Financeiro (R\$): valor contratado

Físico: operações contratadas

- c) Benefícios auferidos pela sociedade: em decorrência desta Ação, foram gerados, no ano de 2003, 814 empregos diretos e 12.057 empregos indiretos. Também outros benefícios foram proporcionados à sociedade, como: i) migrar pessoas do setor informal da economia para o setor formal; ii) manter o profissional na sua área de atuação profissional e região geográfica; iii) profissionalizar o professor através de aquisição de bens que lhe proporcionam atualização e reciclagem; iv) facilitar o acesso ao crédito para aquisição de bens como motocicletas, computadores e equipamentos que auxiliam a inserção dos profissionais no mercado de trabalho; e v) aumentar a produtividade dos profissionais liberais mediante utilização de equipamentos novos e modernos.

Geração de Emprego e Renda

Ação : Concessão de Crédito a Mini e Pequenos Produtores Rurais

Órgão Gestor do Programa: Ministério do Trabalho e Emprego

- a) Ações desenvolvidas: parcerias realizadas com governos estaduais e municipais, agroindústrias, empresas de assistência técnica públicas e cooperativas contribuíram para uma maior divulgação do Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER Rural e, conseqüentemente, para o atendimento de volume mais expressivo de produtores com os créditos do Programa.
- b) Resultados alcançados: houve elevação do volume de recursos aplicados e de contratos formalizados, comparativamente ao ano de 2002 e simplificação e agilização do processo de concessão dos financiamentos. O Banco do Brasil manteve a sua posição de maior agente aplicador dos recursos do PROGER Rural, desde a criação do Programa em 1995. Em 2003 foi contratado mais de 68 mil operações no valor de R\$ 779 milhões, atingindo os objetivos do Programa.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

Mês	Financeiro (R\$)	Físico
	BR	Total
janeiro/03	17.882.160	1.676
fevereiro/03	16.062.935	1.338
março/03	19.130.363	1.452
abril/03	22.936.403	1.885
maio/03	36.738.572	3.584
junho/03	39.341.951	3.739
julho/03	3.190.730	384
agosto/03	19.743.808	1.953
setembro/03	135.978.774	12.786
outubro/03	223.993.190	19.867
novembro/03	162.439.985	13.882
dezembro/03	81.947.992	6.257
Total Realizado	779.386.863	68.803
Total Previsto Ano	90.024.584	-
Varição %	865,7 %	-

Financeiro (R\$): valor contratado

Físico: contratos formalizados

Contudo, grande parte dos produtores passíveis de atendimento pelo Proger Rural também são enquadráveis no Pronaf e preferem recorrer às linhas de crédito de custeio e investimento deste, que possuem encargos financeiros mais favoráveis/reduzidos.

- c) Benefícios auferidos pela sociedade: abertura de crédito fixo para financiamento das despesas normais de custeio agrícola e pecuário e de investimentos fixos e semifixos. Maior abrangência do PROGER Rural e consequentemente melhor alcance dos objetivos esperado pelo Governo Federal.
- d) Outras Informações: o PROGER Rural, além dos recursos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, a partir desta safra passou a utilizar recursos do MCR 6.4 e MCR 6.2 para operações de custeio (MCR - Manual de Crédito Rural). Os recursos/aplicação utilizadas pelo Programa foram: FAT (R\$ 270 milhões), MCR 6.2 (R\$ 265 milhões) e MCR 6.4 (R\$ 244 milhões).

Produção e Difusão Cultural

Ação: Financiamento à Produção Cultural

Órgão Gestor do Programa: Ministério da Cultura

- a) Ações desenvolvidas: o Centro Cultural do Banco do Brasil - CCBB realiza em seus espaços eventos nas áreas de teatro, música, dança, áudio visuais, artes plásticas, cursos e palestras e programa educativo, além de disponibilizar em sua biblioteca aproximadamente 120.000 exemplares.
- b) Resultados alcançados: o valor de R\$ 9.800.000,00 refere-se ao total anual programado para o CCBB-RJ - Rio de Janeiro, implantado no início do Programa. O valor de R\$ 11.264.095,00 foi o total realizado para o cumprimento da programação aprovada para o CCBB-RJ no ano de 2003. Quanto à meta física, o número programado refere-se a eventos e o total realizado no ano a projetos, sendo que cada projeto pode se desdobrar em diversos eventos. Em 2003, os 99 projetos desdobraram-se em 279 eventos com 6.762 apresentações.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

Mês	Financeiro (R\$)	Físico
	BR	BR
janeiro/03	2.119.286	11
fevereiro/03	1.158.059	6
março/03	1.296.678	5
abril/03	932.944	9
maio/03	1.239.993	9
junho/03	821.231	5
julho/03	1.122.738	9
agosto/03	858.351	10
setembro/03	700.426	8
outubro/03	523.151	15
novembro/03	198.833	7
dezembro/03	292.405	5
Total Realizado	11.264.095	99
Total Previsto Ano	9.800.000	150
Variação %	114,9 %	66,0 %

Financeiro (R\$): valor contratado

Físico: produção financiada

- c) Benefícios auferidos pela sociedade: durante o ano de 2003 o CCBB-RJ foi visitado por 2.167.236 pessoas. Participaram das atividades do programa educativo 155.892 estudantes, sendo que os alunos de escolas públicas, entidades assistenciais, comunidades carentes e escolas especializadas na educação de crianças especiais tiveram a opção de utilizar-se de ônibus gratuito para participar do programa educativo. O acesso às exposições e a biblioteca são gratuitos. Os espetáculos de teatro, música e dança, tem ingressos a preços reduzidos e para o cinema e a videoteca, o usuário adquire um passe que é válido por trinta dias. Todos os ingressos são vendidos com desconto de 50% para estudantes e idosos, sendo que 20% do valor total arrecado é repassado para o Programa Fome Zero. Foram efetuadas obras de adequação para acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais a todos os espaços do CCBB.

Produção e Difusão Cultural

Ação: Difusão da Cultura Brasileira – Projeto Memória

Órgão Gestor do Programa: Ministério da Cultura

- a) Ações desenvolvidas: o Projeto Memória, por intermédio das exposições itinerantes (42 mostras), percorreu 630 municípios em todos os estados brasileiros.
- b) Resultados alcançados: A meta financeira definida pela Fundação Banco do Brasil para essa Ação em 2003 é R\$ 1.605.007, diferente da meta registrada no sistema Sigplan, do Governo Federal.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

Mês	Financeiro (R\$)	Físico
	BR	BR
janeiro/03	136.675	0
fevereiro/03	922.872	0
março/03	155.816	0
abril/03	12.250	0
maio/03	5.330	0
junho/03	3.777	0
julho/03	57.181	0
agosto/03	7.855	0
setembro/03	2.551	0
outubro/03	-34.959	0
novembro/03	11.200	0
dezembro/03	165.889	0
Total Realizado	1.446.437	0
Total Previsto Ano	3.250.000	3.340.000
Variação %	44,5 %	0,0 %

Financeiro (R\$): valor investido

Físico: público atingido

- c) Benefícios auferidos pela sociedade: foram distribuídos 6.000 livros e 6.000 video-documentários a 4.655 bibliotecas públicas (todas registradas no país) e 17.500 kits pedagógicos (contendo 3 almanaques históricos e 3 guias para o professor, cada) a 16.923 escolas públicas dos 630 municípios selecionados. Os livros e vídeos foram para todas as bibliotecas, e o material pedagógico somente para as escolas públicas dos 630 municípios que a Fundação selecionou.

Esporte Solidário

Ação: Atividades Desportivas, Socioculturais e de Assistência à Saúde Para Crianças Carentes

Órgão Gestor do Programa: Ministério do Esporte

- a) Ações desenvolvidas: Programa AABB Comunidade (Associação Atlética do Banco do Brasil) propõe ações de atendimento integral a seus participantes - crianças e adolescentes de 7 a 17 anos. Para isso, são desenvolvidas atividades nas áreas socioeducativa, cultural, desportiva e de saúde. Seu objetivo é contribuir para a inclusão, não repetência e permanência, na escola, de crianças e adolescentes pertencentes a famílias de baixa renda.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

Mês	Financeiro (R\$)	Físico
	BR	BR
janeiro/03	30.625	-
fevereiro/03	2.873.704	-
março/03	2.542.073	-
abril/03	3.329.156	-
maio/03	303.033	-
junho/03	101.822	-
julho/03	134.572	-
agosto/03	28.523	-
setembro/03	28.563	-
outubro/03	-22.214	-
novembro/03	48.144	-
dezembro/03	4.338	-
Total Realizado	9.402.339	52.761
Total Previsto Ano	12.950.000	103.500
Variação %	72,6 %	51,0 %

Financeiro (R\$): valor contratado

Físico: criança beneficiada

- c) Benefícios auferidos pela sociedade: foram atendidas 52.761 crianças durante todo o ano de 2003, sendo que as mesmas crianças foram atendidas em todos os meses.

Desenvolvimento da Economia Cafeeira

Ação: Financiamento para Custeio de Lavoras Cafeeiras, Colheita de Café e Retenção Voluntária de Estoques

Órgão Gestor do Programa: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- a) Ações desenvolvidas: concessão de crédito para colheita, tratos culturais, estocagem de café e prazo adicional de 60 dias para o pagamento das dívidas de estocagem (2002), tratos culturais(2002) e parcela de 2003 do programa de retenção.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

Mês	Financeiro (R\$)	Físico
	BR	
janeiro/03	1.533.208	38
fevereiro/03	460.000	6
março/03	560.256	15
abril/03	28.201.306	1.248
maio/03	62.125.428	2.830
junho/03	23.022.671	1.196
julho/03	8.888.115	432
agosto/03	1.844.933	82
setembro/03	743.145	25
outubro/03	503.843	17
novembro/03	648.126	44
dezembro/03	70.898.440	1.986
Total Realizado	199.429.471	7.919
Total Previsto Ano	524.492.279	14.000
Variação %	38,0 %	56,6 %

Financeiro (R\$): valor contratado

Físico: contratos formalizados

- b) Benefícios auferidos pela sociedade: manutenção de milhares de empregos nas regiões produtoras de café, evitando a migração para os grandes centro urbanos.
- c) Outras Informações: os recursos utilizados nesta ação são do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFÊ. Os valores inseridos no SIGPLAN como previstos não correspondem aos estabelecidos pelo Banco: meta financeira: R\$ 628.417.000; meta física: R\$ 26.116.

Agricultura Familiar – Pronaf

Ação: Concessão de Crédito Para Agricultores Familiares

Órgão Gestor do Programa: Ministério do Desenvolvimento Agrário

- a) Ações desenvolvidas: as operações estão sendo contratadas de forma massificada, agilizando os processos. Além disso, diversas ações foram realizadas na busca de facilitar e agilizar o acesso ao crédito para o mini e pequeno produtor, entre elas, destacam-se as parcerias com órgãos, entidades e representações de classes; a criação da Cartilha Simplificada do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar -PRONAF, distribuída a todas as dependências do Banco e disponibilização do cartão PRONAF direcionamento do crédito para atender às potencialidades agropecuárias do município; utilização de Cartão da Agricultura Familiar; possibilidade de renovação do crédito automaticamente por até 05 anos; novos mecanismos para apoiar a comercialização de produtos oriundos da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária, inclusive para exportação. Todas essas ações contribuíram para a extrapolação das metas estabelecidas pelo Banco do Brasil.
- b) A simplificação e agilização do processo na concessão dos financiamentos possibilitaram a elevação do volume de recursos aplicados, comparativamente ao ano de 2002, superando as metas estabelecidas pelo Banco.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

Mês	Financeiro (R\$)	Físico
	BR	BR
janeiro/03	58.998.471	22.110
fevereiro/03	39.733.271	12.777
março/03	41.217.099	10.561
abril/03	76.078.741	18.253
maio/03	128.626.539	42.532
junho/03	189.404.002	35.407
julho/03	24.096.653	6.317
agosto/03	148.360.524	43.066
setembro/03	474.496.301	171.657
outubro/03	656.464.829	234.245
novembro/03	479.064.057	151.074
dezembro/03	383.925.085	91.817
Total Realizado	2.700.465.572	839.816
Total Previsto Ano	6.656.616.445	1.271.593
Variação %	40,6 %	66,0 %

Financeiro (R\$): valor contratado

Físico: contratos formalizados

- c) Benefícios auferidos pela sociedade: a disponibilização de recursos para o desenvolvimento das atividades dos produtores rurais em condições favorecidas propicia o aumento de renda mediante melhoria da produtividade, o uso racional da terra e da propriedade e melhoria das condições de vida do produtor e de sua família. Para o País, temos maior oferta de alimentos, principalmente dos que compõem a cesta básica: arroz, feijão, milho e mandioca, além da permanência do agricultor no campo. Em 2003 foram implementadas diversas linhas de crédito, dentre elas o PRONAF Pesca, linha de crédito específica de investimento para pescadores artesanais, possibilitando a esses pescadores ampliar suas atividades produtivas e modernizá-las. Outra linha de crédito desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e implementada pelo Banco do Brasil foi o PRONAF Florestal, estimulando o plantio de espécies florestais. Seguindo esta linha, o Banco também implementou o PRONAF Semi-Árido, cujo objetivo é disponibilizar aos agricultores da região do semi-árido um crédito especial para construção de pequenas obras hídricas. Houve maior abrangência do PRONAF e o conseqüente melhor alcance dos objetivos estabelecidos pelo Governo Federal. Com estas e outras ações, o Banco do Brasil manteve, mais uma vez, a posição de maior agente financeiro aplicador dos recursos do PRONAF, desde a criação do Programa, em 1995.
- d) Outras Informações: a ação inicialmente contemplava apenas recursos do PRONAF – FAT. Atualmente são utilizadas as seguintes fontes de recursos/aplicação: Tesouro Nacional (R\$ 655 milhões); Manual de Crédito Rural - MCR 6.2 (R\$ 195 milhões); MCR 6.4 (R\$ 518 milhões); Fundo Constitucional para Desenvolvimento do Centro Oeste - FCO (R\$ 82 milhões); Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (R\$ 1.251 milhões); e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (R\$ 11 milhões). Nas metas físicas e financeiras realizadas estão inclusas todas as fontes de recursos.

Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Ação: Financiamento Para Produção Sem Uso de Agrotóxicos (Apoio à Agricultura Orgânica)

Órgão Gestor do Programa: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- a) Ações desenvolvidas: apoio do Banco em eventos voltados à produção de produtos sem o uso de agrotóxicos e divulgação do Programa "Agricultura Orgânica" em encontros, seminários, feiras e exposições.
- b) Resultados alcançados: a pouca procura de recursos para a produção de alimentos ecologicamente saudáveis, por agricultores, deve-se, em parte, ao desconhecimento do retorno financeiro que essa atividade pode propiciar e também pelo espaço de tempo necessário para a troca do sistema de produção, o que representaria quebra de produtividade sem o ganho que seria obtido com a venda de produtos orgânicos. Há de se considerar, também, a dificuldade em obter-se a certificação junto ao Ministério dos produtos orgânicos.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

Mês	Financeiro (R\$)	Físico
	BR	BR
janeiro/03	351.593	13
fevereiro/03	123.146	5
março/03	465.234	11
abril/03	494.283	19
maio/03	527.469	126
junho/03	662.485	56
julho/03	309.868	8
agosto/03	99.083	9
setembro/03	3.419.364	158
outubro/03	595.883	113
novembro/03	525.022	54
dezembro/03	1.157.061	118
Total Realizado	8.730.491	690
Total Previsto Ano	42.475.864	2.066
Variação %	20,6 %	33,4 %

Financeiro (R\$): valor contratado

Físico: contratos formalizados

- c) Benefícios auferidos pela sociedade: incentivo ao desenvolvimento da produção orgânica brasileira, aumento da oferta interna de produtos orgânicos e ampliação do potencial de exportação do agronegócio brasileiro e maior conscientização/ preocupação por parte da sociedade com questões de preservação ambiental, com a conseqüente ampliação da demanda por alimentos mais saudáveis.

Gestão da Política Agropecuária

Ação: Concessão de Crédito Rural

Órgão Gestor do Programa: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- a) Ações desenvolvidas: automatização das contratações das operações melhorando o atendimento aos produtores rurais e estímulo às aplicações com recursos da Poupança-Ouro por meio de revitalização do produtos e ações de divulgação junto à rede.
- b) Resultados alcançados: a maior agilidade no atendimento aos produtores rurais, o estímulo às aplicações na Poupança-Ouro e as ações de divulgação junto à rede contribuíram para a superação das metas estabelecidas.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

Mês	Financeiro (R\$)	Físico
	BR	BR
janeiro/03	184.715.519	4.960
fevereiro/03	289.536.310	5.991
março/03	450.768.367	9.008
abril/03	664.021.257	21.387
maio/03	897.853.555	39.021
junho/03	1.276.566.014	62.546
julho/03	922.516.509	22.973
agosto/03	1.912.585.741	32.442
setembro/03	1.832.707.457	50.941
outubro/03	1.406.676.942	33.552
novembro/03	810.764.731	24.453
dezembro/03	644.335.412	14.273
Total Realizado	11.293.047.814	321.547
Total Previsto Ano	8.949.944.839	132.572
Variação %	126,2 %	242,5 %

Financeiro (R\$): valor contratado

Físico: contratos formalizados

- c) Benefícios auferidos pela sociedade: a nova plataforma operacional, totalmente automatizada, melhorou a qualidade da carteira rural e propiciou maior agilidade no atendimento aos produtores rurais. O financiamento

ao agronegócio favoreceu o fortalecimento do setor que é responsável por resultados positivos na balança comercial brasileira.

Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau

Ação: Financiamento à Cacaucultura

Órgão Gestor do Programa: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- a) Ações desenvolvidas: implantação da Resolução BACEN 3.134, de 31.10.2003, que prevê a manutenção das dívidas em curso normal, até o dia 30.04.2004, para propiciar lapso para inclusão das dívidas na renegociação de que trata a Resolução BACEN 2.471 - PESA.
- b) Benefícios auferidos pela sociedade: o processo de inclusão das dívidas contratadas até 31.12.1997 encontra-se em andamento. Entretanto, para os produtores que não tiverem condições de inclusão de seus débitos no PESA, haverá concentração de vencimentos em 30.04.2004, no montante de R\$ 149 milhões - posição em dezembro de 2003.

Jovem Empreendedor

Ação: Concessão de Crédito a Jovens Recém-Formados

Órgão Gestor do Programa: Ministério do Trabalho e Emprego

- a) Ações desenvolvidas: a Resolução 339 do Ministério do Trabalho/CODEFAT, que institui Linha de Crédito especial PROGER - Jovem Empreendedor, no Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), foi publicada em julho/2003. A formalização do Termo de Cooperação Técnica entre Ministério do Trabalho, Banco do Brasil e SEBRAE, foi assinada somente em janeiro/2004. Apesar de ainda não ter sido criado a linha específica para Crédito a Jovens Recém-Formados, este público é atendido pela PROGER Urbano, linha Profissional Liberal e Empreendedor Popular.
- b) Benefícios auferidos pela sociedade: a concessão dos créditos no âmbito das linhas PROGER Urbano, Profissional Liberal e Empreendedor Popular permitiram, principalmente, a migração de pessoas do setor informal da economia para o setor formal; a manutenção de profissionais nas suas áreas de atuação profissional e região geográfica; o acesso ao crédito para aquisição de bens como motocicletas, computadores e equipamentos que facilitam a inserção dos profissionais no mercado de trabalho; e o aumento de produtividade dos profissionais liberais mediante utilização de equipamentos novos e modernos.

Jovem Empreendedor

Ação: Concessão de Crédito a Jovens Empreendedores

Órgão Gestor do Programa: Ministério do Trabalho e Emprego

- a) Ações desenvolvidas: a Resolução 339 do Ministério do Trabalho/CODEFAT, que institui Linha de Crédito especial PROGER - Jovem Empreendedor, no Programa de Geração de Emprego e Renda, foi publicada em julho/2003. A formalização do Termo de Cooperação Técnica entre Ministério do Trabalho, Banco do Brasil e SEBRAE, foi assinada somente em janeiro/2004. Apesar de ainda não ter sido criado a linha específica para Crédito a Jovens Empreendedores, este público é atendido pela PROGER Urbano, linha Profissional Liberal e Empreendedor Popular.
- b) Benefícios auferidos pela sociedade: a concessão dos créditos no âmbito das linhas PROGER Urbano, Profissional Liberal e Empreendedor Popular permitiram a migração de pessoas do setor informal da economia para o setor formal; a manutenção de profissionais nas suas áreas de atuação profissional e região geográfica; o acesso ao crédito para aquisição de bens como motocicletas, computadores e equipamentos que facilitam a inserção dos profissionais no mercado de trabalho; e o aumento de produtividade dos profissionais liberais mediante utilização de equipamentos novos e modernos.

Cultura Exportadora

Ação: Capacitação Para Empresários Exportadores – BB PAE (Programa de Apoio às Exportações)

Órgão Gestor do Programa: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

- a) Ações desenvolvidas: assinatura de convênios com entidades de classes e universidades e realização de cursos de capacitação de empresários e universitários em todo o país.
- b) Resultados alcançados: convênios e parcerias firmados com entidades de classe propiciaram um aumento do número de empresas treinadas e, conseqüentemente, da extrapolação das metas previstas.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

Mês	Financeiro (R\$)	Físico
	BR	BR
janeiro/03	6.720	109
fevereiro/03	18.433	299
março/03	27.578	447
abril/03	30.887	501
maio/03	33.106	537
junho/03	36.004	584
julho/03	33.044	536
agosto/03	23.057	374
setembro/03	42.380	652
outubro/03	54.210	834
novembro/03	35.230	542
dezembro/03	29.315	451
Total Realizado	369.964	5.866
Total Previsto Ano	186.000	445
Variação %	198,9 %	1318,2 %

Financeiro (R\$): custo com treinamento

Físico: empresário capacitado

- c) Benefícios auferidos pela sociedade: desenvolvimento e interiorização da cultura exportadora; inserção de micro e pequenas empresas no mercado internacional; e aumento da base exportadora brasileira.
- d) Outras Informações: a meta física definida pelo Banco é de capacitação de 2.132 empresários por ano.

Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas

Ação: Financiamento a Micro e Pequenas Empresas (BB Giro Rápido)

Órgão Gestor do Programa: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

- a) Ações desenvolvidas: o Banco do Brasil vem implementando várias ações para a simplificação do processo de crédito para as Micro e Pequenas Empresas. Para o BB Giro Rápido, principal linha de crédito para capital de giro para o segmento, foram implementadas diversas ações de melhoria, como redução na taxa de juros, ajuste na taxa de pós para prefixada, elevação do teto das operações de R\$ 50 mil para R\$ 100 mil e ampliação do público-alvo, atendendo as empresas com faturamento de até R\$ 5 milhões/ano.
- b) Resultados alcançados: apesar dos indicadores econômicos desfavoráveis no ano de 2003 (alta taxa de juros/SELIC, inflação, recessão e alto índice de desemprego), em dezembro último, o saldo contratado de empréstimos do Banco para o segmento das Micro e Pequenas Empresas extrapolou R\$ 13,1 bilhões. Só para capital de giro, o volume alcançou mais de R\$ 10,8 bilhões nas principais linhas de crédito, como o BB Giro Rápido (escopo desta Ação – R\$ 6,1 bilhões), Conta Garantida e Cheque Especial, utilizados conforme a preferência/necessidade dos clientes.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

Mês	Financeiro (R\$)	Físico
	BR	BR
janeiro/03	3.805.207.000	277.627
fevereiro/03	3.920.470.000	288.076
março/03	4.086.180.000	295.836
abril/03	4.260.817.000	307.888
maio/03	4.515.536.000	326.489
junho/03	4.704.604.000	338.818
julho/03	4.857.110.000	346.064
agosto/03	5.095.942.000	359.195
setembro/03	5.328.359.000	370.851
outubro/03	5.617.805.000	385.966
novembro/03	5.865.292.000	398.444
dezembro/03	6.117.209.000	411.741
Total Realizado	6.117.209.000	411.741
Total Previsto Ano	7.725.404.509	192.504
Variação %	79,2 %	213,9 %

Financeiro (R\$): saldo no final do período

Físico: empresa beneficiada

- c) Benefícios auferidos pela sociedade: o Banco do Brasil é a Instituição Financeira mais atuante junto às Micro e Pequenas Empresas. Uma das maiores reivindicações dos representantes das micro e pequenas empresas, em diversos fóruns realizados em todo o País, é a oferta pelas instituições financeiras de linhas de crédito específicas para o segmento, desburocratizadas e com garantias, prazos e taxas de juros compatíveis com a capacidade de pagamento desse segmento. O BB Giro Rápido atende a essas necessidades, demonstrado pela quantidade de empresas atendidas, cerca de 535 mil até dezembro/2003 em todo o Brasil (411 mil nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste - escopo desta Ação), contribuindo para o desenvolvimento econômico do País, para os esforços que vem sendo desenvolvidos pelo Governo Federal na geração de emprego e renda, com conseqüente redução da mortalidade das micro e pequenas empresas.

Financiamento às Exportações

Ação: Financiamento a Pequenas e Médias Empresas Para Exportação – BB PGNI (Programa de Geração de Negócios Internacionais)

Órgão Gestor do Programa: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

- a) Ações desenvolvidas: desenvolvimento e aprimoramento de ferramentas na Internet como contratação de operações de ACC\ACE e câmbio pronto e o balcão de comércio exterior; aumento do número de gerentes especializados em comércio exterior, o que possibilitou a ampliação do suporte oferecido aos segmentos de micro e pequenas empresas; adoção de novo formato de segmentação de pequenas e médias empresas, a partir de janeiro de 2003.
- b) Resultados alcançados: a partir de janeiro de 2003 foi adotado novo modelo de segmentação para as pequenas e médias empresas, reduzindo o número daquelas atendidas pelo Programa e inviabilizando o crescimento previsto.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

Mês	Financeiro (R\$)	Físico
	BR	BR
janeiro/03	-	608
fevereiro/03	-	267
março/03	-	160
abril/03	-	153
maio/03	-	110
junho/03	-	79
julho/03	-	123
agosto/03	-	97
setembro/03	-	78
outubro/03	-	35
novembro/03	-	135
dezembro/03	-	49
Total Realizado	-	1.894
Total Previsto Ano	-	3.525
Variação %	-	53,7 %

Físico: empresa beneficiada

- c) Benefícios auferidos pela sociedade: redução dos custos, rapidez e segurança para o exportador, em função da utilização do canal web; aumento da base exportadora brasileira; incremento dos valores exportados;
- d) Outras Informações: a meta física estabelecida pelo Banco é de 2.320 empresas beneficiadas no ano.

Orçamento de Investimento

Investimentos das Empresas Estatais em Infra-Estrutura Operacional

Ações: Instalação de Agências; Modernização de Agências; e Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento

Investimentos das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio

Ações: Instalação de Bens Imóveis; Manutenção de Bens Imóveis; Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; e Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Órgão Gestor dos Programas: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

- a) Ações desenvolvidas: no escopo das ações de infra-estrutura operacional, em 2003 foram instalados 1.189 novos pontos de atendimento ao público entre Agências, Postos Avançados de Atendimento - PAA, Postos de Atendimento Bancário - PAB e Postos de Atendimento Bancário Eletrônicos - PAE. Foram, ainda, modernizadas 2.971 instalações e ampliado os canais de atendimento ao público. Com relação às ações de infra-estrutura de apoio, o Banco do Brasil intensificou os investimentos em recursos tecnológicos, na ampliação da capacidade de processamento de dados, na atualização dos programas e sistemas de segurança e transmissão de dados. Também manteve os investimentos em programas de racionalização do uso de energia e de ampliação da capacidade dos canais de atendimento ao público.
- b) Resultados alcançados: os investimentos consumiram em torno de 73% dos recursos programados para 2003. Dentre as ações com menor nível de atingimento, destacam-se cinco edificações programadas para o Distrito Federal e que aguardam a aprovação do Governo do Distrito Federal e os edifícios de Tocantins, em fase de análise, e de Sergipe, em fase final do processo licitatório. As demais ações, que incorporam múltiplos projetos, não atingiram a plena realização por diversas causas, dentre elas atrasos nos processos licitatórios, reprogramação dos cronogramas de algumas obras, cancelamento ou suspensão de projetos para reavaliação, impossibilidade de implantação de pontos de atendimento nos locais programados, atrasos na entrega de bens e na implantação de equipamentos.
- c) Benefícios auferidos pela população: a instalação de mais de mil pontos de atendimento por todo o País e a ampliação dos canais de atendimento aumentaram sobremaneira o acesso da população aos produtos e serviços bancários oferecidos pelo Banco do Brasil. Os investimentos na ampliação da capacidade tecnológica, na modernização dos equipamentos operacionais e de segurança e nos ambientes de atendimento conferiram maior

agilidade, segurança e comodidade e aos clientes, funcionários e usuários da Instituição. Os investimentos na gestão da segurança, física e lógica, desestimulando a ação de assaltantes, seqüestros seguidos de assalto, fraudes e outras ocorrências similares, têm beneficiado os clientes, funcionários, usuários, a própria Instituição e a sociedade como um todo, minimizando riscos e prejuízos a todos.

INVESTIMENTOS FIXOS DO BANCO DO BRASIL EM 2003

Descrição	Financeiro (R\$)			Físico		
	Programado	Realizado	Atingido	Programado	Realizado	Atingido
Instalação de Agências	250.261.149	169.859.972	67,9 %	1.896	1.189	62,7 %
Modernização de Agências	99.842.482	72.432.886	72,5 %	4.261	2.971	69,7 %
Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento	291.477.222	219.200.631	75,2 %	-	-	-
Instalação de Bens Imóveis	31.240.000	1.822.669	5,8 %	10	3	30,0 %
Manutenção de Bens Imóveis	68.486.270	45.205.399	66,0 %	-	-	-
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	35.787.318	15.344.152	42,9 %	-	-	-
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	422.302.205	351.155.758	83,2 %	-	-	-
TOTAL	1.199.396.646	875.021.467	73,0 %	-	-	-

Desenvolvimento dos Eixos do Centro-Oeste

Ação: Financiamento de Projetos de Desenvolvimento do Turismo, Indústria, Agropecuária e Agroindústria na Região Centro-Oeste (FCO)

Órgão Gestor do Programa: Ministério da Integração Nacional

- Ações desenvolvidas: criação e entrada em funcionamento, desde março/2003, do endereço personalizado no Portal do Banco do Brasil (<http://www.bb.com.br/governo/FCO>). Essa ferramenta permite o acesso mais rápido e direto às informações sobre as linhas de crédito, como obter o financiamento, documentação necessária e, ainda, sobre o desempenho e os números do Fundo. Realização de seminários nas capitais dos Estados da região Centro-Oeste, voltados para o segmento de micro e pequenos empreendedores, com o objetivo de incentivar e apoiar a formação dos Arranjos Produtivos Locais - APLs e alternativas de desenvolvimento sustentável. Esses seminários foram realizados em conjunto com o Ministério da Integração Nacional, com a colaboração do SEBRAE, Governos Estaduais e entidades representativas dos setores produtivos. No âmbito do Banco do Brasil, foi instalado projeto para simplificação do processo de crédito, que facilitará o acesso dos proponentes classificados como mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas aos financiamentos com recursos do Fundo.
- Resultados alcançados: o valor contratado atingiu 77,1% da meta estabelecida, enquanto que o número de operações contratadas apresentou um incremento de 25,7%, em relação ao volume contratado em 2002. A respeito do valor contratado ficar abaixo do estabelecido, esclarece-se que o FCO, até 2002, mantinha uma grande disponibilidade de recursos, resultante das sobras de exercícios anteriores somadas ao ingresso de recursos do Tesouro Nacional a cada decêndio. As expressivas somas contratadas em 2001 (R\$ 1,0 bilhão) e 2002 (R\$ 1,5 bilhão), absorveram quase integralmente o estoque de recursos de períodos anteriores. Na passagem de 2002 para 2003, o estoque remanescente correspondia a R\$ 300 milhões, que somados aos valores ingressados em 2003 (R\$ 597,2 milhões) totalizam R\$ 897,2 milhões para novas aplicações. Neste cenário, a execução orçamentária do FCO, a partir do 2º semestre, ajustou-se ao fluxo mensal de recursos da ordem de R\$ 65 milhões. Por determinação do Conselho Deliberativo do FCO (Condel/FCO), a partir do mês de Julho, foram destinados 51% dos recursos do Fundo para aplicação com micro, mini e pequenos empreendedores, o que provocou retração das contratações, uma vez que não havia demanda suficiente por parte deste segmento.

**RECURSOS FINANCEIROS (R\$) ALOCADOS PELO GOVERNO E
CRÉDITOS CONDEDIDOS À POPULAÇÃO (26.388 CONTRATOS)**

Mês	valor alocado	crédito concedido
	Centro Oeste	Centro Oeste
janeiro/03	0	125.591.194
fevereiro/03	0	82.367.544
março/03	155.164.230	118.155.080
abril/03	47.023.529	121.246.791
maio/03	62.335.314	65.962.881
junho/03	28.719.198	82.046.751
julho/03	65.880.349	59.536.105
agosto/03	63.230.634	30.668.392
setembro/03	46.469.290	41.412.637
outubro/03	28.443.107	54.908.288
novembro/03	63.377.146	32.119.646
dezembro/03	36.527.495	105.799.945
Total Realizado	597.170.292	919.815.254
Total Previsto Ano	627.538.834	1.193.607.479
Variação %	95,2 %	77,1 %

- c) Benefícios auferidos pela sociedade: dos 446 municípios da região Centro-Oeste, 416 contaram com financiamentos do Fundo, com envolvimento de recursos da ordem de R\$ 940,6 milhões (valor atualizado), beneficiando cerca de 26,4 mil projetos dos setores produtivos. De acordo com os dados extraídos dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 145,9 mil o número de empregos diretos e indiretos gerados ou mantidos na região.

Integração da Cadeia do Agronegócio

Ação: Instalação de Salas de Intercâmbio de Informações Sobre o Agronegócio (BB Sala de Agronegócio)

Órgão Gestor do Programa: Ministério da Fazenda

- a) Ações desenvolvidas: ação paralisada em função de revisão.
- b) Benefícios auferidos pela sociedade: aAs salas de agronegócios instaladas contribuíram para o atingimento dos resultados dos produtos CPR e Negócios Eletrônicos – Comercialização, tendo beneficiado os integrantes do agronegócio por meio de melhores condições para negociação da produção, com possibilidades de maiores ganhos, e disseminando uma nova forma de atuar no mercado do agronegócio, com uma visão de futuro.

Integração da Cadeia do Agronegócio

Ação: Realização de Negócios Entre Segmentos do Agronegócio

Órgão Gestor do Programa: Ministério da Fazenda

- a) Ações desenvolvidas: foi simplificado o acolhimento de propostas ao amparo das parcerias. Também foram diagnosticado e redesenhado o sistema que acompanha as operações de forma a atender as especificidades de cada tipo de convênio e a facilitar a operacionalização pela Rede. Aplicações por meio de convênios BB Agro e BB Convir com risco de terceiros, possibilitando a transferência do risco das operações do produtor rural para empresas da cadeias do agronegócio, detentoras de limite de crédito.
- b) Resultados alcançados: as diversas parcerias realizadas permitiram ao Banco atuar desde a origem do produto, financiamentos de custeio e investimento ao produtor rural, até o beneficiamento e comercialização da sua produção, contribuindo para a superação das metas estabelecidas.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

Mês	Financeiro (R\$)	Físico
	BR	BR
janeiro/03	169.512.472	54
fevereiro/03	138.479.205	31
março/03	163.481.393	33
abril/03	255.205.482	60
maio/03	366.292.111	72
junho/03	291.460.363	1.327
julho/03	401.931.342	1.195
agosto/03	366.869.757	1.330
setembro/03	496.243.438	1.398
outubro/03	438.478.847	1.505
novembro/03	341.403.932	907
dezembro/03	370.943.680	465
Total Realizado	3.800.302.022	8.377
Total Previsto Ano	1.638.902.644	810
Variação %	231,9 %	1034,2 %

Financeiro (R\$): valor contratado

Físico: convênio firmado

- c) Benefícios auferidos pela sociedade: Convênio BB Agro com empresa do agronegócio, no valor de R\$ 15 milhões, com doação de 1% do faturamento para o Programa Fome Zero. Foram acolhidas 400 propostas com aplicações de R\$ 15 milhões. BB CONVIR - para as empresas integradoras: segurança quanto a quantidade e época de entrega da matéria prima; melhor gerenciamento da qualidade da matéria-prima, por meio da assistência técnica gratuita aos produtores; melhor relacionamento com os fornecedores, em virtude do atendimento diferenciado oferecido no âmbito do convênio; - para os produtores integrados: melhor posicionamento no mercado, em virtude de estar negociando a produção antes do plantio; garantia de comercialização a preços compensadores de toda a produção comprometida no sistema integrado; melhor posicionamento no mercado, em virtude de estar negociando a produção antes do plantio. BB AGRO - para as empresas conveniadas: ampliação do leque de clientes; incremento no faturamento; linha de crédito ajustada às necessidades de seus clientes; divulgação da sua marca, em parceria com o Banco; - para os produtores, beneficiários dos créditos concedidos sob a égide dos convênios: prioridade no direcionamento dos recursos; disponibilização de fontes alternativas de recursos para seu financiamento; redução dos custos das linhas, no caso de convênios com recursos da conveniada.
- d) Outras Informações: origem dos recursos utilizadas nesta Ação: BNDES/Finame (R\$ 878 milhões), recursos próprios (R\$ 1.988 milhões), Fundos e Programas (R\$ 935 milhões). Os valores inseridos no Sigplan como previstos não correspondem aos estabelecidos pelo Banco (meta financeira: R\$ 1.106.160.000 e meta física: 622).

Integração da Cadeia do Agronegócio

Ação: Negócios Eletrônicos – Comercialização

Órgão Gestor do Programa: Ministério da Fazenda

- a) Ações desenvolvidas: inclusão de todas as linhas de crédito rural no Balcão, possibilitando débito direto no financiamento; implantação de funções de controle para a Rede, mitigando riscos operacionais; lançamento da Sala de Grãos no site Agronegócios-e com dinâmica de negociação apropriada para o mercado de grãos; divulgação de Avisos e Resultados do Leilão Eletrônico no Site Agronegócios-e; e padronização do leiaute das páginas do Agronegócios-e e ampliação da divulgação de planos agrícolas do governo federal (Plano Safra, Suplemento do Agronegócio do Relatório Anual de Responsabilidade Social).
- b) Resultados alcançados: o acesso às novas tecnologias e o incentivo ao uso de transações via internet introduziram os produtores rurais nos modernos sistemas de comercialização e contribuíram para a superação das metas estabelecidas.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

Mês	Financeiro (R\$)	Físico
	BR	NE
janeiro/03	82.718.154	2.747
fevereiro/03	93.110.650	2.760
março/03	117.499.333	3.645
abril/03	194.979.760	5.775
maio/03	270.781.565	8.375
junho/03	335.022.928	9.674
julho/03	287.263.304	7.076
agosto/03	373.571.549	10.058
setembro/03	494.317.220	16.386
outubro/03	368.955.768	14.844
novembro/03	247.206.038	9.899
dezembro/03	240.167.212	6.991
Total Realizado	3.105.593.481	98.230
Total Previsto Ano	-	1.210
Variação %	-	8118,2 %

Financeiro (R\$): valor dos negócios realizados

Físico: negócios realizados

- d) Benefícios auferidos pela sociedade: introdução do produtor nos modernos sistemas de comercialização, oferecendo-lhe a oportunidade de adquirir produtos com menores custos, sem intermediários, e de oferecer sua produção para um público ampliado de compradores. Atendimento das necessidades de empresas fornecedoras de bens agropecuários, aproximando-as do comprador e executando de forma automática serviços de liquidação financeira e informações gerenciais.

Integração da Cadeia do Agronegócio

Ação: Comercialização de Produtos Via Mercado de Opções e Futuro (BB Garantia de Preço)

Órgão Gestor do Programa: Ministério da Fazenda

- a) Ações desenvolvidas: foram realizadas diversas palestras pelo Banco com os produtores rurais na disseminação desses mecanismos de proteção, buscando apresentar novas ferramentas de minimização de risco aos atores do agronegócio. Os contratos futuros referenciados na BM&F produziram impacto positivo no resultado daquela Bolsa de Mercadoria.
- b) Resultados alcançados: trata-se de instrumentos para proteção de preços ainda pouco difundidos e utilizados pelos agropecuaristas brasileiros. Contudo, as operações de proteção de preços nos Mercados Futuros e Opções apresentaram crescimento de 144% em relação ao ano de 2002, realizando mais de 8 mil operações. Com o objetivo de ampliar esse mercado, o Banco do Brasil, além de promover seminários, workshop, e palestras sobre o assunto, tem disponibilizado linhas de financiamento para fazer frente aos custos com prêmios de opções, margem de garantia e ajustes diários, o que tem contribuído para o incremento das operações.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

Mês	Financeiro (R\$)	Físico
	BR	BR
janeiro/03	6.802.822	179
fevereiro/03	9.257.538	350
março/03	7.676.211	266
abril/03	11.467.621	482
maio/03	11.031.766	612
junho/03	12.642.897	651
julho/03	14.136.725	594
agosto/03	23.296.595	1.073
setembro/03	39.441.237	1.190
outubro/03	31.144.555	909
novembro/03	20.188.241	737
dezembro/03	24.806.803	1.100
Total Realizado	211.893.011	8.143
Total Previsto Ano	1.241.049.742	45.239
Variação %	17,1 %	18,0 %

Financeiro (R\$): valor dos contratos comercializados

Físico: contratos comercializados

- c) Benefícios auferidos pela sociedade: os benefícios diretos aos produtores rurais e pecuaristas são a proteção de preços, que pode garantir níveis de renda compatíveis com a atividade, também reduzindo os riscos, e o acesso a mecanismos de comercialização e proteção de preços, antes utilizados apenas por exportadores, processadores e corretoras.

Integração da Cadeia do Agronegócio

Ação: Aval Para Venda Antecipada da Produção (Cédula do Produtor Rural)

Órgão Gestor do Programa: Ministério da Fazenda

- a) Ações desenvolvidas: efetuado melhorias nos sistemas facilitando a operacionalização do produto e inclusão de novos produtos agropecuários beneficiados com a linha. Ampliada a divulgação do produto junto a produtores e cooperativas.
- b) Resultados alcançados: os produtos mais demandados foram a soja, com R\$ 510 milhões, bovinos com R\$ 344 milhões e café com R\$ 309 milhões. A divulgação do produto junto as agências (seminários, palestras, etc.), a simplificação de normas, a melhoria de processos, contribuíram para a superação das metas estabelecidas.

RECURSOS FÍSICOS E FINANCEIROS UTILIZADOS NA AÇÃO

Mês	Financeiro (R\$)	Físico
	BR	BR
Janeiro/03	93.792.928	2.195
Fevereiro/03	74.260.537	1.757
Março/03	75.235.368	1.542
Abril/03	80.420.647	1.609
Mai/03	90.308.211	1.878
junho/03	90.679.550	1.723
julho/03	91.256.161	1.841
agosto/03	81.084.620	1.779
setembro/03	138.973.848	2.725
outubro/03	203.695.731	3.739
novembro/03	211.251.788	3.782
dezembro/03	302.094.674	4.788
Total Realizado	1.533.054.063	29.358
Total Previsto Ano	716.432.598	5.533
Variação %	214,0 %	530,6 %

Financeiro (R\$): valor contratado

Físico: contrato comercializado

QUADRO RESUMO DOS CRÉDITOS CONCEDIDOS NO ÂMBITO DAS AÇÕES DO PPA SOB GESTÃO DO BANCO DO BRASIL

AÇÃO	FINANCEIRO (R\$)			FÍSICO (CLIENTES/CONTRATADOS)		
	Programado	Realizado	% atingido	Programado	Realizado	% atingido
Concessão de Crédito a Mini e Pequenos Produtores Rurais	90.024.584	779.386.863	866 %	-	68.803	
Financiamento para Custeio de Lavouras Cafeeiras, Colheita de Café e Retensão Voluntária de Estoques	524.492.279	199.429.471	38 %	14.000	7.919	57 %
Concessão de Crédito para Agricultores Familiares	6.656.616.445	2.700.465.572	41 %	1.271.593	839.816	66 %
Financiamento para Produção Sem Uso de Agrotóxicos	42.475.864	8.730.491	21 %	2.066	690	33 %
Concessão de Crédito Rural	8.949.944.839	11.293.047.814	126 %	132.572	321.547	243 %
Financ. de Projetos de Desenv. do Turismo, Indústria, Agropec e Agroind. na Região Centro-Oeste	1.193.607.479	919.815.254	77 %	-	26.388	
Financiamento à Produção Cultural	9.800.000	11.264.095	115 %	150	99	66 %
Concessão de Crédito a Micro e Pequenos	1.868.247.596	278.733.098	15 %	98.049	22.230	23 %
Financiamento a Micro e Pequenas Empresas (BB Giro Rápido)	7.725.404.509	6.117.209.000	79 %	192.504	539.159	280 %
TOTAL	27.060.613.595	22.308.081.658	82 %	1.710.934	1.826.651	107 %

**QUADRO RESUMO DOS CRÉDITOS CONCEDIDOS POR PORTE E SETOR DOS BENEFICIÁRIOS,
NO ÂMBITO DAS AÇÕES DO PPA SOB GESTÃO DO BANCO DO BRASIL**

PORTE	médio / grande porte		micro / mini / pequeno porte		cooperativas		soma (R\$)
SETOR	R\$	físico	R\$	físico	R\$	físico	
Pessoa física			278.733.098	22.230			278.733.098
Agronegócio	10.635.770.823	221.705	4.193.952.260	1.042.145	801.268.256	784	15.630.991.338
Indústria/ Comércio/ Serviços	224.336.968	198	6.174.020.254	539.589			6.398.357.222
SOMA (R\$)	10.860.107.790		10.646.705.612		801.268.256		22.308.081.658

3 - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A – BNB

Criado em 19 de julho de 1952, o Banco do Nordeste do Brasil – BNB é uma instituição financeira múltipla federal que opera como Banco de Desenvolvimento Regional.

Sua sede encontra-se na cidade de Fortaleza e sua área de atuação é a região Nordeste do Brasil, compreendendo ainda a região norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Possui 174 agências e conta com 3.666 funcionários, dentre os quais cerca de 500 Agentes de Desenvolvimento e 150 Técnicos de Campo que atendem à totalidade dos 1.983 municípios nordestinos.

O Banco do Nordeste apresentou, em dezembro de 2003, saldos de ativos administrados de R\$ 24.346,8 milhões; Patrimônio Líquido de R\$ 1.315,2 milhões e Operações de Crédito no valor de R\$ 15.865,5 milhões. Seu Índice de Basiléia foi de 22,6%, bem superior ao mínimo exigido de 11%, o que torna a Instituição bem posicionada no ranking de análise de risco bancário.

O Banco é o responsável pela gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE e do Programa CrediAmigo, maior programa de microcrédito da América do Sul, como também, alinhado com as políticas do Governo Federal, seguindo as diretrizes do PPA 2004/2007, opera como agente regional do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Além desses programas, atua em variáveis estratégicas para promover a alavancagem das exportações e a internacionalização das empresas nordestinas, a geração de emprego e renda e o financiamento das pequenas e médias empresas do Nordeste por meio de repasse de recursos externos para aplicação por outras instituições de crédito, dentre outras ações e programas para promover o desenvolvimento regional.

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE

Como resultado de uma série de aperfeiçoamentos da estrutura dos programas e processos da Empresa, as contratações do FNE, em 2003, atingiram o montante de R\$ 1,019 bilhão (mais de quatro vezes o volume de aplicações de 2002).

**DEMONSTRATIVO DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS (VALORES CONTRATADOS), EM 2003,
COM RECURSOS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE,
POR REGIÃO, UNIDADE DA FEDERAÇÃO E SETOR DE ATIVIDADE**

Região/Estado	Setor Rural	Setor Agroindustrial	Setor Industrial	Setor Comercial	Total
Região Nordeste					
ALAGOAS	8.361,1	3.418,3	13.293,7	3.076,8	28.149,9
BAHIA	144.142,1	3.121,7	105.515,9	19.560,3	272.340,0
CEARÁ	70.356,4	11.674,5	195.958,6	9.303,0	287.292,5
MARANHÃO	66.776,0	647,3	14.620,5	9.614,5	91.658,3
PARAÍBA	11.784,9	144,4	36.323,9	14.922,6	63.175,8
PERNAMBUCO	30.695,9	1.258,2	28.568,7	18.896,5	79.419,3
PIAUÍ	37.486,0	139,0	992,7	4.663,3	43.281,0
R. G. DO NORTE	27.969,4	0,0	11.869,3	3.316,0	43.154,7
SERGIPE	27.995,7	613,2	32.799,6	8.855,5	70.264,0
Total Região Nordeste	425.567,5	21.016,6	439.942,9	92.208,5	978.735,5
Região Sudeste					
ESPÍRITO SANTO	16.272,3	0,0	1.001,5	1.720,2	18.994,0
MINAS GERAIS	18.569,8	0,0	1.185,5	1.688,2	21.443,5
Total Região Sudeste	34.842,1	0,0	2.187,0	3.408,4	40.437,5
Total Banco do Nordeste	460.409,6	21.016,6	442.129,9	95.616,9	1.019.173,0

Fonte: Banco do Nordeste

**DEMONSTRATIVO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS (VALORES CONTRATADOS) ÀS MICRO,
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS/PRODUTORES (1), EM 2003, COM RECURSOS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE
FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE, POR REGIÃO, UNIDADE DA FEDERAÇÃO E SETOR DE ATIVIDADE**

Região/Estado	Setor Rural	Setor Agroindustrial	Setor Industrial	Setor Comercial	Total
Região Nordeste					
ALAGOAS	8.276,3	1.995,3	8.141,2	3.076,8	21.489,6
BAHIA	77.551,4	958,4	22.218,1	6.078,4	106.806,3
CEARÁ	23.834,8	5.340,8	24.033,4	9.303,0	62.512,0
MARANHÃO	31.707,7	647,3	2.385,2	4.984,0	39.724,2
PARAÍBA	10.192,4	144,4	4.086,4	9.300,3	23.723,5
PERNAMBUCO	29.831,1	1.258,2	4.389,1	11.465,6	46.944,0
PIAUÍ	21.091,9	139,0	992,7	1.945,3	24.168,9
R. G. DO NORTE	23.385,2	0,0	7.838,2	3.316,0	34.539,4
SERGIPE	20.924,8	613,2	17.926,0	8.855,5	48.319,5
Total Região Nordeste	246.795,6	11.096,6	92.010,3	58.324,9	408.227,4
Região Sudeste					
ESPÍRITO SANTO	9.599,6	0,0	1.001,5	1.720,2	12.321,3
MINAS GERAIS	12.631,5	0,0	1.185,4	1.688,2	15.505,1
Total Região Sudeste	22.231,1	0,0	2.186,9	3.408,4	27.826,4
Total Banco do Nordeste	269.026,7	11.096,6	94.197,2	61.733,3	436.053,8

Fonte: Banco do Nordeste

(1) FNE – PORTE DOS BENEFICIÁRIOS:
PRODUTORES
RURAIS

Porte do Produtor	Renda Agropecuária Bruta Anual (*) - R\$ 1,00
Mini	Até 40.000
Pequeno	Acima de 40.000 até 80.000
Médio	Acima de 80.000 até 500.000
Grande	Acima de 500.000

(*) Renda agropecuária bruta anual, considerada a média projetada para um período de 12 anos, respeitado o valor máximo de endividamento definido operacionalmente pelo Banco, além de outras considerações.

EMPRESAS – INDUSTRIAL, AGROINDUSTRIAL, INFRAESTRUTURA E COMÉRCIO/SERVIÇOS

Porte da Empresa	Receita Operacional Líquida Anual (*) - R\$ 1,00
Micro	Até 244.000
Pequena	Acima de 244.000 até 1.200.000
Média	Acima de 1.200.000 até 35.000.000
Grande	Acima de 35.000.000

(*) Baseada na previsão de rendas com a utilização plena da capacidade de produção projetada.

Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE

Do início da operacionalização do Programa até o final de 2003, foram aplicados US\$ 762 milhões, cerca de R\$ 2,2 bilhões a preços de dezembro de 2003 (R\$/US\$ = 2,89), incluindo recursos do financiamento e da contrapartida local no âmbito do PRODETUR I, primeira fase do programa que deverá ser concluída no exercício de 2004 com o desembolso de US\$ 23,6 milhões, cerca de R\$ 68 milhões a preços de dezembro de 2003 (R\$/US\$ = 2,89).

O PRODETUR II envolve US\$ 400 milhões, cerca de R\$ 1,2 bilhão (R\$/US\$ = 3,00), dos quais 60% (sessenta por cento) são oriundos do financiamento amparado no contrato de empréstimo firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que conta com o aval da União.

A operacionalização do Programa, que se concretiza com a assinatura dos Contratos de Subempréstimo e o início da execução das ações por parte dos submutuários depende do cumprimento de uma série de condições prévias, inclusive no tocante à comprovação de recursos para fazer face à contrapartida local (União/Ministério do Turismo e Estados), além de autorização específica da Secretaria do Tesouro Nacional para cada Estado contratar a operação.

Microcrédito

O CrediAmigo do BNB se tornou o maior programa de microcrédito da América do Sul e o segundo da América Latina. Sendo essencialmente urbano, o Programa contratou, em 2003, 434,8 mil operações num montante de R\$ 368,2 milhões, resultando em um valor médio de R\$ 847 por operação. Sua Carteira Ativa atingiu em 2003 R\$ 85,5 milhões com aproximadamente 138,5 mil clientes. O CrediAmigo acumulou, até final de 2003, R\$ 1,4 bilhão em operações realizadas. No final de agosto, o Programa atendeu à determinação do Governo Federal e fixou taxa de juros em 2% ao mês para operações de até R\$ 1.000,00 com apoio do Ministério do Trabalho e Emprego e a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. A taxa de inadimplência do Programa ao final de 2003 foi de 1,81%. O CrediAmigo está presente em 1.172 municípios nordestinos, com 166 agências e 44 Postos de Atendimento. Encontra-se em estudo a expansão do Programa envolvendo atividades não agrícolas no ambiente rural, a partir de 2004, com ênfase em operações de financiamento da produção.

Agricultura Familiar e Reforma Agrária

O Banco do Nordeste vem se firmando a maior instituição voltada para aplicações de recursos na agricultura familiar do Nordeste, dentro das várias faixas que compõem o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em toda a sua área de atuação. O crédito concedido pelo Programa é voltado para financiamento de investimento e capital de giro dos beneficiários. No ano de 2003, aplicou R\$ 319,4 milhões, em 180,9 mil operações, utilizando recursos do FNE e do Tesouro Nacional. Merece destaque a atuação do Banco no sentido de agilizar as renegociações com os devedores do PRONAF, objeto da Lei nº 10.696 buscando trazer parcela de seus clientes para o âmbito de novas operações de financiamento, contribuindo para a geração e manutenção de empregos e renda por meio da produção da agricultura familiar. O BNB vem trabalhando de forma integrada com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, tendo sido possível simplificar processos e normas do PRONAF B, cujos contratos individuais se limitam a R\$ 1.000,00. Cabe, ainda, registrar que nesse segmento, no ano de 2003, o BNB realizou 150.847 operações, no montante de R\$ 134,6 milhões.

DEMONSTRATIVO DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS, EM 2003, NO PROGRAMA DE AGRICULTURA FAMILIAR-PRONAF, POR REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO. EMPRÉSTIMOS DO SETOR RURAL E PARA MINI E PEQUENOS PRODUTORES
(Valores em R\$ mil)

Região/Estado	Quantidade	Valor
Região Nordeste		
ALAGOAS	12.241	16.203,0
BAHIA	27.579	60.891,5
CEARÁ	23.179	35.442,5
MARANHÃO	18.353	38.449,1
PARAÍBA	22.492	26.032,0
PERNAMBUCO	15.171	33.591,8
PIAUÍ	16.576	29.035,9
R. G. DO NORTE	12.045	29.992,5
SERGIPE	14.500	26.004,9
Total Região Nordeste	162.136	295.643,2
Região Sudeste		
ESPÍRITO SANTO	265	2.222,6
MINAS GERAIS	18.540	21.549,6
Total Região Sudeste	18.805	23.772,2
Total Banco do Nordeste	180.941	319.415,4

Fonte: Banco do Nordeste.

Geração de Emprego e Renda

A ação do BNB volta-se estrategicamente para remover barreiras impeditivas ao crescimento econômico e à inclusão social no Nordeste. Contempla a expansão de financiamento de exportações, a reestruturação da sua área de câmbio, a expansão de crédito para capital de giro das empresas investidoras e, sobretudo, a expansão e abertura do leque de financiamento de investimentos em projetos viáveis, tecnologicamente competitivos e ambientalmente sustentáveis, abrangendo indústria, agropecuária, comércio e serviços, dentro da observância da estruturação de cadeias e arranjos produtivos que passem a internalizar valor agregado e emprego à Região. Em termos de programas para o setor informal e o mini produtor rural, o BNB coloca em destaque as ações voltadas sobretudo para o microcrédito e o apoio à agricultura familiar envolvendo também assentamentos rurais.

O pressuposto que tem embasado as ações do BNB é a estruturação de parcerias com os diversos ministérios e demais entidades governamentais, notadamente o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Ministério da Integração Nacional, Ministério do Turismo, Ministério das Relações Exteriores, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Cultura, SEBRAE, CODEVASF, DNOCS, Banco da Amazônia e Banco do Brasil, numa linha de colaboração mútua no Nordeste, tendo em vista a grande capilaridade e penetração do BNB na Região.

Programa Fome Zero

O Banco do Nordeste, através de um plano de ação elaborado por seus funcionários em fevereiro de 2003 engajou-se ao Programa Fome Zero, obtendo certificação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA na condição de parceiro.

Em maio de 2003, o BNB participou da capacitação dos Agentes Locais de Segurança Alimentar do Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo. Por meio de Agentes de Desenvolvimento do Banco foram capacitados 3.818 agentes locais de segurança alimentar dos municípios, possibilitando a formação de 1.777 Comitês Gestores Municipais para pagamento do Cartão Alimentação de 2.000.000 de famílias, até dezembro de 2003. Adicionalmente, o BNB contribuiu para a capacitação de 868 Agentes Locais de Segurança Alimentar – ALSAS, dos Estados do Amazonas, Tocantins, Pará e Rondônia – Região Norte, possibilitando a formação de 434 Comitês Gestores Municipais para pagamento de 170.000 famílias no Cartão Alimentação, até dezembro de 2003.

Com relação aos Conselhos de Segurança Alimentar – CONSEA, um outro pilar de sustentação do Programa Fome Zero, o BNB participa de todos os Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar do Nordeste, apoiando e contribuindo na construção de políticas de segurança alimentar do país, bem como integra o Talher Nacional que trabalha a mobilização social no Programa.

Programa de Expansão de Mercado – PEM

Lançado em julho de 2003, o Programa de Expansão de Mercado para Pequenas e Médias Empresas do Nordeste – PEM combina concessão de crédito com ações voltadas ao desenvolvimento tecnológico, contribuindo para a geração de empregos e a inclusão social.

O PEM atende à iniciativa do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID de preparar uma estratégia de desenvolvimento empresarial em países da América Latina e Caribe, focalizada nas micro, pequenas e médias empresas. O BID assinou contrato no valor de US\$ 100 milhões, cerca de R\$ 296,0 milhões (R\$/US\$ = 2,96), com o Banco do Nordeste, dos quais já foram negociados e contratados US\$ 10 milhões, cerca de R\$ 29,6 milhões (R\$/US\$ = 2,96), para repasse por meio de instituições bancárias credenciadas de empréstimos.

Apoio à Política de Comércio Exterior

Na área de comércio exterior, o Banco do Nordeste realizou, com instituições parceiras, cursos e eventos de promoção da cultura exportadora nos Estados da sua área de atuação. O BNB iniciou, em 2003, a reestruturação da sua área de câmbio e o lançamento de financiamento de longo prazo com condições específicas para os exportadores.

4 - BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA

A performance apresentada pelo Banco da Amazônia lhe confere relevo fundamental no processo de desenvolvimento sustentável da Região, indo ao encontro dos anseios da sociedade e valorizando a cidadania.

No exercício de 2003, o Banco se mobilizou principalmente na identificação das potencialidades e desafios, detectando as prioridades de cada estado da Amazônia, a fim de orientar a ação creditícia rumo ao desenvolvimento sustentável.

Todas as iniciativas estiveram orientadas para convergir no ambiente regional à consecução de três mega objetivos estratégicos do Governo Federal: inclusão social e redução das desigualdades sociais; crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais; e, promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

No exercício foram realizados encontros com todos os Governadores dos Estados que compõem a Amazônia Legal e Agentes Públicos e Privados da Região, visando trabalhar políticas convergentes e consolidar parcerias em prol do desenvolvimento, objetivando superar os desníveis socioeconômicos e reduzir as desigualdades inter e intra-regionais.

Todo o planejamento e programas de financiamentos em execução pelo Banco têm seus eixos estruturantes na sociedade, a partir de dois pilares básicos: os programas de desenvolvimento da Amazônia, que por sua vez se ajustam ao Plano Plurianual do Governo Federal, e os planos dos governos estaduais.

Os primeiros efeitos destes procedimentos já podem ser observados com o primeiro financiamento do projeto de manejo florestal na Amazônia, através do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Florestal - PROFLORESTA, iniciativa pioneira no País, viabilizada com os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO e da disponibilização para 2004 de um programa de crédito destinado à pesca e aquicultura (com linhas de crédito para o financiamento da pesca artesanal, pesca industrial e aquicultura), em apoio ao Programa Nacional da Pesca e Aquicultura da Secretaria Nacional de Pesca.

Também, destaca-se o apoio ao desenvolvimento do primeiro pólo de fruticultura da Região Norte, que visa absorver em sua fase de produção de plena mais de quatro mil produtores familiares organizados em cooperativa, distribuídos em 29 municípios no nordeste do Estado do Pará. Esta ação abriu ainda possibilidades de contatos junto a organismos internacionais com vistas ao desenvolvimento de parcerias em ações de fomento regional.

Desta forma e visando aprimorar o cumprimento de sua missão institucional, o Banco iniciou providências no sentido de buscar parcerias com organismos internacionais que possam contribuir para dinamizar os trabalhos que vem realizando regionalmente.

Esta iniciativa fortalecerá estrategicamente a Região, estimulando a ampliação de mercados e maior competitividade aos produtos regionais, bem como conferindo uma nova dimensão à captação dos recursos de fomento e à atração de investimentos externos aos arranjos produtivos amazônicos, tendo o meio ambiente como oportunidade de negócios sustentáveis.

Com vistas à atuação no exterior, o Banco já dispõe de estudos bastante avançados para a criação de uma nova Diretoria de Assuntos Internacionais e de escritórios na Europa e Estados Unidos, que muito deverão contribuir para o fortalecimento estratégico da Região Amazônica, facilitando a ampliação de mercados aos produtos regionais, conferindo uma nova dimensão à captação de recursos e, abrindo perspectivas para a inserção de investimentos estrangeiros nos arranjos produtivos amazônicos.

Quanto à capilaridade, o Banco utiliza o critério que maximize a expansão da cobertura regional, atuando em conjunto com as demais instituições financeiras oficiais, transferindo para a comunidade os benefícios desta racionalidade nos custos da ampliação do seu atendimento. Nesta perspectiva de cooperação mútua, é fato inédito a parceria com o Banco do Nordeste do Brasil, ampliando a efetividade das ações creditícias no Estado do Maranhão, que apresenta perfil econômico mais identificado ao da Região Amazônica. Com esta ação o Banco da Amazônia amplia sua ação de fomento, por meio do repasse dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Ações Componentes de Programas de Governo (PPA- 2000/2003)

Desenvolvimento da Amazônia Legal

Ação: Financiamentos de Projetos de Desenvolvimento Agroindustrial, Industrial, Rural e Turismo na Região Norte – FNO

A atuação creditícia manteve-se voltada prioritariamente aos mini e pequenos produtores e as micro e pequenas empresas, de forma a apoiar iniciativas relacionadas ao combate à fome e à miséria, à melhoria da base tecnológica na produção e à erradicação do trabalho escravo e infantil.

- a) Beneficiários: em 2003, por intermédio de treze programas de financiamento direcionados aos setores rural, industrial, turismo, comércio e serviços, foram atendidos projetos que maximizem os resultados socioeconômicos para a Região, interferindo no perfil produtivo regional, fortalecendo as cadeias produtivas e o cooperativismo, dispensando tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas, com ênfase na pequena produção regional.
- b) Principais contribuições ao cumprimento do Programa do Governo: democratização do crédito, promovendo inclusão social por meio da geração de emprego e renda; apoio ao aumento da riqueza e da demanda regional, com ampliação da base tributável, por meio da diversificação da estrutura produtiva; viabilização das condições para exploração das vocações regionais em bases sustentáveis e para a utilização da mão-de-obra familiar; ampliação da capacidade de financiamento regional, internalizando renda extra-regional do setor privado, mantendo a poupança regional e potencializando os investimentos na Região Norte; promoção do desenvolvimento regional equilibrado, reduzindo desigualdades sociais, através da integração intra e inter-regional; interiorização da renda, verticalizando a produção do setor primário o elo incentivo ao crescimento da agroindústria; e integração da economia regional aos mercados.

Como gestor dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), principal instrumento alavancador do desenvolvimento econômico e social da Região Norte, o Banco contratou recursos da ordem de R\$ 1.075 milhões, durante o exercício de 2003, expressando um crescimento superior a 77%, em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 604,9 milhões). Esta ação proporcionou resultados que expressaram significativos benefícios econômicos e sociais diretos à Região, através do financiamento de 23.584 projetos, em sua maior parte, operações firmadas com os segmentos produtivos de menor porte. Com os investimentos realizados espera-se gerar 110.830 postos de trabalho (diretos e indiretos) e R\$ 1.413 milhões de contribuição no aumento do Valor Bruto da Produção regional (VBP).

Durante este período, o Setor Rural foi beneficiado com 22.800 financiamentos contratados, no valor de R\$ 682,3 milhões, correspondentes a 63,5% dos recursos. Merece destaque o segmento da pequena

produção de base familiar que, no período, teve 19.326 famílias de agricultores, extrativistas, pescadores e outros, beneficiadas com crédito no total de R\$ 233,1 milhões.

Nos setores de Agroindústria, Indústria e Turismo foram alocados R\$ 392,7 milhões em 784 financiamentos, sendo que a maior demanda foi pelo Programa de Apoio à Exportação - FNO - Exportação que, através de 411 projetos, no valor de R\$ 135,8 milhões, contribuiu para alavancar as exportações e a internacionalização das empresas da Região Norte, garantindo a sustentabilidade dos empreendimentos e o eficaz aproveitamento das vantagens competitivas regionais. Em termos de valor, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial - PRODESIN aplicou o maior volume de recursos em atividades industriais – R\$ 145,1 milhões.

O setor de comércio e serviços contratou 255 operações no montante de R\$ 57 milhões.

FINANCIAMENTOS DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL, INDUSTRIAL, RURAL E TURISMO NA REGIÃO NORTE – FNO

METAS FÍSICAS EM R\$ MIL DE CRÉDITO CONCEDIDO

ESTADOS	METAS PARA 2003	REALIZADO EM 2003
Acre	41.855	39.752
Amapá	41.855	3.923
Amazonas	62.782	94.803
Pará	104.637	536.080
Rondônia	62.782	153.338
Roraima	41.855	13.755
Tocantins	62.782	233.428
TOTAL	418.548	1.075.079

Sistemas Locais de Inovação

Ação: Fomento ao Desenvolvimento Científico, Tecnológico Regional na Amazônia”, parte integrante do Programa de Sistemas Locais de Inovação, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O apoio à geração e difusão de conhecimento científico, foi promovido por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Pesquisas na Amazônia, que possibilitou a contratação e a conclusão de inúmeras pesquisas aplicadas durante o período, bem como a publicação de trabalhos e a celebração de novas parcerias com a comunidade científica nacional e regional, sempre com vistas a proporcionar novas alternativas que contribuam para alavancar o desenvolvimento sustentável.

Tem por finalidade apoiar com recursos não reembolsáveis (renúncia fiscal), a elaboração e execução de projetos de pesquisa (custeio) que se voltem aos aspectos tecnológicos, econômicos, sociais e ambientais das atividades produtivas prioritárias para o desenvolvimento da Amazônia.

As principais contribuições ao cumprimento do Programa do Governo: desenvolvimento e adaptação de novas tecnologias; identificação de novas oportunidades de investimento; ampliação do estoque de conhecimento voltado ao desenvolvimento sustentável da Amazônia; desenvolvimento de estudos e pesquisas aplicadas, promovendo a exploração sustentável das vocações e potencialidades regionais; contribuição à manutenção e ao fortalecimento da comunidade científica regional; difusão das questões amazônicas.

Ao adotar uma conduta pautada pela responsabilidade social, o Banco da Amazônia vem apoiando inúmeras iniciativas voltadas para o progresso social e a cidadania. Os resultados alcançados, fruto de uma relação saudável de parceria entre a administração do Banco e os seus colaboradores - funcionários, acionistas, clientes, fornecedores, governos e a sociedade de um modo geral -, concorrem para a melhoria da qualidade de vida do povo da Amazônia.

A contribuição do Banco da Amazônia ao desenvolvimento regional se materializa, principalmente através de estudos e pesquisas, de tecnologia social, ou seja, aquelas que utilizam inovações no âmbito do conhecimento, envolvendo o uso inovador ou alternativo de materiais, instrumentos ou utilização inovadora de recursos naturais, que sejam de baixo custo e alto impacto social.

São exemplos dessas pesquisas: a) obtenção de resíduos químicos oriundos da indústria

madeira; b) cultivo de plantas utilizadas nas medicinas popular e indígena da região Amazônica; c) desenvolvimento de estudos para exploração de cacauais nativos para produção de chocolate orgânico; e e) aproveitamento de galhos de espécies arbóreas para a fabricação de móveis rústicos.

FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO REGIONAL NA AMAZÔNIA, PARTE INTEGRANTE DO PROGRAMA DE SISTEMAS LOCAIS DE INOVAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

METAS FÍSICAS EM N.º DE PROJETOS APOIADOS

ESTADOS	METAS PARA 2003	REALIZADO EM 2003
Acre	4	16
Amapá	4	14
Amazonas	12	60
Maranhão	4	37
Mato Grosso	4	29
Pará	25	96
Rondônia	12	24
Roraima	4	9
Tocantins	12	2
Região Norte		8
TOTAL	81	295

5 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

A CAIXA, enquanto instituição financeira e executora das políticas de governo, atua com abrangência social e financeira, e visando consolidar e ratificar a sua missão, buscando de forma contínua a melhoria dos seus produtos e serviços prestados, calcados em cinco blocos de negócios fundamentais: Administração de Recursos de Terceiros; Desenvolvimento Urbano e Habitação Social; Distribuição de Produtos e Serviços Próprios e Terceiros; Negócios Bancários e Imobiliários; e Fundos, Programas e Serviços Delegados pelo Governo.

Atuando nesses blocos de negócios, a CAIXA, em 2003, apresentou o maior lucro líquido da sua história ao atingir cifra superior a R\$ 1,6 bilhão, contratou, na área de Desenvolvimento Urbano e Habitação, mais de R\$ 6 bilhões e aplicou, integralmente, R\$ 1,7 bilhão dos recursos destinados a saneamento básico.

Destaca-se, ainda, o empenho da empresa relativo à política social de governo, notadamente, no que se refere à Inclusão Social, ao implementar a Conta Caixa Aqui, que resultou na bancarização de mais de 1 milhão de brasileiro, antes desassistidos dos serviços bancários.

A atuação da CAIXA ratifica o objetivo do Governo Federal em torná-la empresa sólida, com estrutura funcional e patrimonial preparada para cumprir sua missão social, comprometida com o desenvolvimento e a elevação da qualidade de vida da sociedade brasileira.

Canais de Atendimento

A CAIXA é a única instituição presente em todos os 5.561 municípios brasileiros, realizando transações em tempo real. Com a integração da rede física de 14.084 pontos, dimensionada com 1.706 Agências, 419 Postos de Atendimento Bancário (PAB), 1.080 Postos de Atendimentos Eletrônicos (PAE), 8.922 Casas Lotéricas e 1.956 Correspondentes Bancários e 1 Posto de Atendimento Avançado (PAA), a CAIXA possibilitou o acesso à população brasileira de serviços bancários e aos benefícios dos programas sociais do Governo Federal.

Os Correspondentes Bancários estão presentes em todos os municípios brasileiros, sendo que nesse canal foram registradas 23,3 milhões de transações com valores em torno de R\$ 1,08 bilhão.

Dessas transações 9,1 milhões foram para pagamento dos diversos benefícios sociais do Governo Federal, movimentando valores em torno de R\$ 349,1 milhões.

O portal da CAIXA, www.caixa.gov.br, recebeu 314,70 milhões de acessos, que geraram 1,75 bilhões de páginas visitadas, destacando o acesso eletrônico às informações do FGTS (saldo, extrato, alteração de endereços, entre outras), com 102,6 milhões de acessos em 2003.

O Banco Eletrônico, *Internet Banking*, registrou 2,3 milhões de contas cadastradas, movimentando em torno de R\$ 11,3 bilhões de reais com 81,5 milhões de transações. Em 2003 foram 69,4 milhões de acessos.

Destaque deve ser dado ao posicionamento da CAIXA perante o ranking do Banco Central – BACEN, que avalia o atendimento das Instituições Financeiras com mais de 1 milhão de contas. Em oito relações divulgadas pelo BACEN, a CAIXA ficou fora de seis delas. Esta é uma grande vitória de toda a CAIXA, que demonstrou capacidade em vencer desafios, sem, contudo perder em qualidade de atendimento e interesse em bem servir à população brasileira.

Rede Lotérica

As Casas Lotéricas presentes em 3.528 municípios brasileiros efetuaram mais de 75,1 milhões de transações de pagamento dos benefícios sociais do Governo Federal, com valores em torno de R\$ 4,0 bilhões.

O ano de 2003 fechou com 2,92 bilhões de transações, sendo 920 milhões de transações em serviços e 2,0 bilhões nos diversos jogos de loterias.

No segmento de serviços destacam-se os recebimentos de contas de energia, telefone e saneamento com 595 milhões de transações, recebimento de tributos 37,6 milhões, bloquitos de cobrança 70 milhões, benefício arrecadado 27,5 milhões, pagamento de benefícios sociais 75,1 milhões, recebimento de declaração de isento de IR 32,2 milhões e consultas de saldos, saques e depósitos 82 milhões.

Comparando o exercício de 2002 com o de 2003, tivemos crescimento de 8,67% na quantidade de transações e nos valores transacionados 23,32%, sendo R\$ 46,18 milhões arrecadados em 2002 e R\$ 56,95 milhões em 2003.

Serviços Financeiros

Captação

O ano de 2003 começou com um cenário de elevação da taxa de juros básicos, visando a manutenção da estabilidade econômica por intermédio do governo que assumia, sinalizando, no entanto, redução no decorrer do período de 2003. A taxa de juros encerrou 2002 no patamar de 25,0% a.a., subindo para 25,5% em JAN/2003, com nova alteração em FEV para 26,5% a.a., sendo que apenas em JUN/2003 ocorreu a primeira queda, com redução de 0,5 percentual.

Esse comportamento favoreceu as captações de produtos com rentabilidade vinculada à taxa de juros (CDI), desfavorecendo a Poupança, que em JUN/2003 apresentava captação líquida negativa na ordem de R\$ 1,84 bilhão e o mercado em torno de R\$ 10,24 bilhões.

Mesmo diante desse cenário, a participação da CAIXA no mercado aumentou de 30,06% em 2002 para 30,38% em 2003, registrando valores de R\$ 42,2 bilhões e R\$ 43,6 bilhões, respectivamente.

Destacamos que em 2003 a Poupança da CAIXA mais uma vez foi contemplada com o prêmio TOP OF MIND, do Jornal de São Paulo, como o produto de poupança mais lembrado por 29% da população pesquisada.

As Letras Hipotecárias continuaram tendo aceitabilidade pelo público investidor que dispõe de recursos para aplicação por prazos superiores a 06 meses, registrando no final do exercício de 2003 volume de captação no valor de R\$ 10,5 bilhões.

Da mesma forma os Recursos de Terceiros Administrados pela CAIXA apresentaram saldo de captação na ordem de R\$ 82,2 bilhões, contra R\$ 59,4 bilhões em 2002, representando evolução de 38,38%.

Destacamos o lançamento do FIDC – PIPS CAIXA BRASIL CONSTRUIR RESIDENCIAL CIDADE DE SÃO PAULO, que é voltado à captação de recursos para financiamento de projetos sociais, proporcionando ganhos aos cotistas.

É ação pioneira e concreta dentro dos objetivos propostos no programa PPP do Governo Federal, e o primeiro projeto será implantado na cidade de São Paulo, movimentando recursos na ordem de R\$ 105 milhões.

Crédito

Em 2003 a CAIXA contratou R\$ 16,8 bilhões nas diversas carteiras de crédito, pessoa física e jurídica, representando crescimento de 12,00% em relação a 2002, quando contratou R\$ 15,0 bilhões.

Destaque deve ser dado ao incentivo para o ramo de turismo, onde a CAIXA liberou recursos no total de R\$ 90 milhões para micro e pequenas empresas, com aumento de 122% em relação ao ano de 2002.

Ressalta-se também o direcionamento da carteira de capital de giro para as operações com a garantia de recebíveis que saltaram de R\$ 254 milhões em 2002 para R\$ 885 milhões em 2003, com incremento de 248% na carteira de desconto.

O produto Penhor proporciona ao cidadão brasileiro acesso ao crédito, de forma desburocratizada, com rapidez e agilidade, reforçando assim, atuação da CAIXA no âmbito social. As taxas de juros variam conforme valor emprestado, estando 2,53% mensais para valores até R\$ 300,00 e 3,22% para valores acima. Essa carteira em 2003 concedeu empréstimos no montante de R\$ 4,06 bilhões, efetivando 9,76 milhões de contratos, representando aumento de 21,19% em relação aos valores emprestados em 2002.

A comercialização de Cartões de Crédito Caixa finalizou o exercício com base de 1,8 milhão de cartões, representando faturamento de R\$ 3,3 bilhões.

Produtos de Fidelização

A CAIXA disponibiliza em sua rede de agências os produtos de seguros, previdência, capitalização e consórcio imobiliário da sua empresa coligada CAIXA Seguros, com vistas a fidelizar clientes e atender seus anseios e necessidades.

Em 2003 ressaltamos o desempenho da comercialização dos títulos de previdência que atingiu 100% da meta, o título de capitalização CAPMAIS, com pagamento único, lançado em maio de 2003, registrando a comercialização de 2,28 milhões de títulos.

Destaque deve ser dado ao desempenho do Consórcio Imobiliário, que em 2003 comercializou 19.463 cotas de consórcio, sendo que 1.052 consorciados foram contemplados com cartas de crédito. A CAIXA já ocupa a 2ª posição nesse mercado.

Conta Caixa Aqui

A Conta Caixa Aqui viabilizou o maior processo de inclusão bancária que se tem notícia no mundo. Foram abertas mais de 1.100.000 contas, sendo que 310 mil clientes já contam com crédito aprovado, disponível para utilização, no total de R\$ 61 milhões.

A atuação da CAIXA com a oferta da Conta Caixa Aqui é fiel aos propósitos do Governo Federal, pois é um dos grandes instrumentos de inclusão social em todo o Território Nacional.

Transferência de Benefícios

No ano de 2003, adicionalmente aos pagamentos por conta do FGTS, foram realizados mais de 299,9 milhões de pagamentos de outros benefícios sociais operados pela CAIXA, registrando crescimento de 23,31% em relação ao exercício 2002, demonstrado no quadro:

BENEFÍCIOS	Valores em R\$ Mil / Quantidade em Unidades			
	2002		2003	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Programas de Transferência de Renda	172.469.275	2.151.804	225.930.055	3.198.774
Previdência Social	27.891.566	9.873.888	29.545.902	12.379.065
Abono	5.374.175	1.014.510	6.619.424	1.517.230
PIS	17.375.425	890.955	16.983.542	980.237
Seguro Desemprego	20.131.252	5.548.124	20.873.804	6.536.138
TOTAL	243.241.693	19.479.281	299.952.727	24.611.444

Foram efetuadas, ainda, 29,9 milhões de transações de arrecadação, por conta do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, no valor de R\$ 12,4 bilhões que, no mesmo período de 2002, foram, respectivamente, 27,9 milhões e R\$ 9,9 bilhões.

Para propiciar maior comodidade e facilidade aos beneficiários do INSS, a CAIXA implantou o pagamento dos benefícios em municípios não assistidos pela rede bancária, por meio dos Correspondentes Bancários CAIXA Aqui - Lojistas e Lotéricos. Foram contemplados 238 municípios e cerca de 41 mil beneficiários.

A CAIXA implementou, em JUL/2003, o pagamento com o Cartão do Cidadão para todas as modalidades do Seguro-Desemprego, o que possibilitou o pagamento do benefício também nas lotéricas e correspondentes bancários. Foram pagos por meio desses canais cerca de 1,2 milhão de benefícios.

Operando os Programas de Transferência de Renda do Governo Federal, compreendendo o Agente Jovem, Auxílio Aluno, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Bolsa Família, Bolsa Renda, Garantia Safra, PCA - Programa Cartão Alimentação, PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, a CAIXA atendeu cerca de 17 milhões de famílias com o pagamento de 225,9 milhões de parcelas no valor total de R\$ 3,1 bilhões, conforme quadro abaixo:

PROGRAMA	Valores em R\$ Mil / Quantidade em Unidades			
	2002		2003	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Agente Jovem	5.238	340	94.420	61.324
Auxílio Aluno - PROFAE	680.403	20.412	792.655	23.778
Auxílio Gás	65.991.293	494.934	100.418.969	753.142
Bolsa Alimentação	6.247.918	98.718	18.327.027	274.905
Bolsa Escola	96.628.549	1.449.428	92.582.898	1.388.742
Bolsa Família	-	-	4.986.981	376.082
Bolsa Renda	2.874.917	86.247	5.544.152	166.325
Garantia Safra	-	-	42.395	4.027
PCA - Fome Zero - Cartão Alimentação	-	-	2.177.004	108.849
PETI	40.957	1.725	963.554	41.600
TOTAL	172.469.275	2.151.804	225.930.055	3.198.774

Cadastro Único

Para atender ao estabelecido no Termo de Compromisso do Cadastramento Único, firmado entre a CAIXA e Ministério da Assistência Social, foram implementadas ações no sentido de otimizar o atendimento para cadastrar a população carente. Essas ações consistem basicamente em treinamento para os funcionários das agências da CAIXA, palestras nos Municípios e implementação da nova versão do aplicativo de cadastramento.

Em 2003 a CAIXA cadastrou aproximadamente 2,5 milhões de famílias, resultando no total de 8,16 milhões de famílias beneficiadas pelos programas sociais do Governo Federal.

Administração de Loterias

Até o final de 2003 a CAIXA arrecadou mais de R\$ 3,5 bilhões o que corresponde a um resultado superior a 16,2% comparado ao ano de 2002, quando a venda de loterias federais atingiu a marca de R\$ 3,01 bilhões. Considerado como um serviço público importante na distribuição de renda para o País, a CAIXA vem tornando esse produto mais atrativo para proporcionar mais repasse de benefícios à sociedade brasileira. Os repasses da loteria em 2003 são demonstrados no quadro:

Valores em R\$ Mil		
Prêmios Líquidos	1.137.658	% Sobre o total
Repasses	2.867.237	repassado
IR	451.982	15,76%
Fundo Nacional da Cultura	101.598	3,54%
Seguridade Social (com adicional)	582.603	20,32%
Crédito Educativo	249.500	8,70%
Clubes de Futebol e Federações	6.786	0,24%
Secretaria Nacional Esportes	7.125	0,25%
FUNPEN – Fundo Penitenciário Nacional	106.494	3,71%
COB – Comitê Olímpico Brasileiro	57.572	2,01%
CPB - Comitê Paraolímpico Brasileiro	10.160	0,35%
Testes especiais (APAE, CRUZ VERMELHA, COB e CPB)	689	0,02%
Adicional Secretaria Nacional de Esportes	161.857	5,65%

Desenvolvimento Urbano

A CAIXA, em consonância com a sua missão, vem atuando na área de desenvolvimento urbano não só através do financiamento para habitação, saneamento ambiental e serviços de infra-estrutura, mas também vem buscando atuar com foco na promoção do desenvolvimento urbano brasileiro, por meio de processos participativos que formem rede de parceiros e busquem inovações tecnológicas que resultem em melhoria de qualidade e produtividade.

Em 2003, a CAIXA ultrapassou suas expectativas com a implementação dos seus diversos programas habitacionais, de saneamento e de infra-estrutura urbana.

Os resultados positivos dos mencionados programas decorreram de várias mudanças implementadas na concessão de crédito, no repasse de recursos e na avaliação de operações e, principalmente, na evolução dos critérios de análise para concessão de financiamento.

Programas Habitacionais

O Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH é destinado, exclusivamente, a famílias situadas na faixa de renda de até R\$ 740,00, tendo como objetivo primordial o atendimento prioritário aos segmentos populacionais com dificuldade de acesso ao crédito habitacional convencional, sendo executado principalmente por intermédio de parcerias com Estados e Municípios.

O Programa de Arrendamento Residencial - PAR que consiste na aquisição de empreendimentos a serem construídos, que estão em construção ou que possam ser recuperados/reformados, localizados nas regiões metropolitanas e nos centros urbanos de grande porte, destina-se ao atendimento a famílias com renda mensal bruta de até 6 salários mínimos, sob a forma de arrendamento residencial com opção de compra. O melhor desempenho anual do Programa deu-se no exercício de 2003, quando a meta do ano foi plenamente atingida, com a contratação de operações no valor superior a R\$ 1,1 bilhão, compreendendo 43.327 unidades habitacionais.

A CAIXA recebeu do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, para o Programa FAT-HABITAÇÃO, duas parcelas de R\$ 200 milhões para aplicação nas formas individual e associativa. O Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT) autorizou, ainda, a aplicação de R\$ 50 milhões na modalidade aquisição de material de construção.

Com recursos oriundos do FGTS, destinados à população de baixa renda, a CAIXA apresentou excelente desempenho ao aplicar a quase totalidade dos recursos orçamentários disponibilizados para o exercício de 2003, distribuídos em todo o território nacional, nas diversas modalidades de financiamento habitacional admitidas no âmbito dos programas implementados com recursos daquele Fundo.

As contratações estão demonstradas no quadro:

Valores em R\$ Bilhão / Quantidade em Unidades

ORIGEM	PROGRAMA	Valores Contratação	Unidades Residências	População Atendida	Empregos Gerados
Recursos FGTS	Carta de Crédito Individual	1.931.961	81.901	327.604	183.798
	Imóvel na Planta	374.806	10.959	43.836	35.681
	Material de Construção	483.911	90.184	360.736	45.608
	Pró-Saneamento (Contratação)	163.464	31	947.565	34.325
Total FGTS		2.954.142	183.075	1.679.741	299.413
Recursos CAIXA	Material de Construção CAIXA	320.526	21.882	87.528	30.554
	LH Longa	14.709	332	1.328	1.401
Total CAIXA		335.236	22.214	88.856	31.955
Recursos CAIXA SFI	Carta de Crédito Individual	45.311	1.267	5.068	4.314
	Imóvel na Planta	2.245	35	140	214
	Imóvel Propriedade CAIXA	27	1	4	3
	PCI SFI	12.851	194	776	1.224
Total CAIXA SFI		60.433	1.497	5.988	5.755
Recursos FAT	Carta de Crédito Individual	140.479	2.651	10.604	13.381
	Imóvel na Planta FAT	22.515	342	1.368	2.145
	Material de Construção	1.294	145	580	123
Total FAT		164.289	3.138	12.552	15.648
Recursos FAR	Programa de Arrendamento Residencial	1.097.371	43.327	173.308	105.337
Recursos PSH	Carta de Crédito Individual	3.513	514	2.056	332
	Imóvel na Planta	128.675	17.114	68.456	12.215
	Imóvel Rural	571	78	312	54
	Material de Construção	58.622	8.373	33.492	5.552
Total PSH		191.381	26.079	104.316	18.153
Total Geral		4.802.852	236.291	2.064.761	476.261

Fonte: GECON/SUDEL

Em termos globais, no decorrer do exercício de 2003, foram contratadas, por intermédio dos programas classificados de habitação de interesse social, operações no valor total de R\$ 4,8 bilhões, compreendendo 236 mil unidades habitacionais, o que propiciou o atendimento superior a 2,06 milhão de habitantes e geração de mais de 476,3 mil empregos.

Programas de Saneamento e Infra-Estrutura

Em 2003 as operações de saneamento e infra-estrutura, lastreadas nas diversas fontes de recursos existentes, atingiram o total de R\$ 1,7 bilhão, com previsão de atendimento a uma população de 9,4 milhões de habitantes e com geração de 842 mil empregos.

Destaque deve ser dado ao PRÓ-SANEAMENTO, que visa promover a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população por meio de ações de saneamento, integradas com outras políticas setoriais.

O retorno desses investimentos, que estavam suspensos a mais de 4 anos, proporcionaram a contratação, de forma expressiva, de operações com valor superior a R\$ 1,6 bilhão.

Programas com o Orçamento Geral da União

A CAIXA, em 2003, repassou R\$ 478,5 milhões em recursos do OGU para Estados e Municípios, totalizando 2.891 operações contratadas. O repasse de tais recursos, ao propiciar a contratação das aludidas operações, ensejará, ao serem implementadas, a geração de mais de 90,6 mil empregos, por intermédio dos diversos programas do Governo Federal nas áreas de habitação popular, saneamento e infra-estrutura urbana e rural, implementados sob a forma de repasse de recursos do OGU, beneficiando 2,5 milhões de brasileiros.

Valores em Mil /Quantidades em Unidade

GESTOR	PROGRAMA	Valor do Repasse (R\$)	Quantidade de Operações	População Beneficiada	Empregos Gerados
Ministério do Meio Ambiente	Gestão de Recursos Hídricos	6.361	7	37.195	1.347
EMBRATUR	Infra-Estrutura Turística	45.210	132	226.141	8.191
Ministério da Agricultura Pecuária e	PRODESA	43.446	451	228.423	8.273
Ministério do Desenvolvimento Agrário	PRONAF	90.517	689	449.560	16.282
Ministério do Esporte e Turismo	Esporte na Escola	1.539	17	7.790	282
	Brasil Potência Esportiva	1.855	6	9.659	350
	Esporte Solidário	70.581	633	356.037	12.895
Total MET		73.976	656	373.486	13.527
Sec. Especial de Desenvolvimento Urbano	Gestão Urbana	494	6	2.424	88
	Pat-Prosaneer	28.378	25	255.511	9.256
	Pró-Infra	190.147	925	931.071	33.724
Total SEDU		219.019	956	1.189.006	43.068
TOTAL GERAL		478.529	2.891	2.503.811	90.688

Fonte: GECON/SUDEL

A CAIXA ainda operacionaliza o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior - FIES, que em 2003 atendeu a 256.597 estudantes de nível superior com financiamentos/aditamentos de contratos no valor de R\$ 2,1 milhões.

Projeto Caixa Fome Zero

A participação da CAIXA no Programa ocorre dentro de distintas modalidades de relacionamento com o Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar - MESA. Por iniciativa da mesma foram desenvolvidas as atividades FIF Caixa Fome Zero e o Programa Primeiro Emprego – Adolescente Aprendiz e o Programa Cartão Alimentação – PCA e conta-corrente para recebimento de doações financeiras, delegados pelo MESA.

Em 2003 repassou ao programa a quantia de R\$ 2,75 milhões, sendo R\$ 2,11 de doações financeiras e R\$ 641 mil do FIF Caixa Fome Zero. Além do repasse financeiro, a CAIXA, por meio da rede de agências, arrecadou 771 mil toneladas de alimentos.

Programa de Racionalização de Gastos e Eliminação de Desperdícios – PROGED

O PROGED foi criado com o intuito de preparar a otimização e proporcionar permanente análise e equilíbrio do nível de gastos administrativos da CAIXA à sua real capacidade de geração de receitas operacionais. No exercício de 2003 a economia foi de R\$ 284 milhões.

Financeiro

Os avanços havidos na Centralização do caixa, contemplando dispêndios, operações ativas e passivas consolidaram os esforços de Tesouraria voltados à gestão integrada e padronizada das finanças da CAIXA e dos Fundos e Programas Sociais, disponibilizando informações financeiras confiáveis, coerentes, tempestivas, integradas e centralizadas, com vistas à eliminação dos descasamentos de origens e aplicações de recursos, otimizando a execução financeira da instituição.

Durante o ano de 2003, a CAIXA, além de manter a posição de destaque em sua atuação como credenciado do Banco Central do Brasil (dealer primário), estabelecida em 2002, alcançou a condição de dealer especialista, condição criada após decisão de aperfeiçoamento do sistema de credenciamento do BACEN, que está em 1º lugar como dealer primário e em 2º como dealer especialista.

Atuação Sócio-Cultural

Em 2003 a CAIXA investiu cerca de R\$ 3,35 milhões no patrocínio à Confederação Brasileira de Atletismo, permitindo o apoio a atletas e seus treinadores por meio do Projeto CAIXA de Atletas de Alto Nível e a Jovens Talentos. Foram beneficiados cerca de 80 atletas e treinadores; 11 mil jovens com a realização de clínicas e

fóruns; 27 Federações Estaduais de Atletismo; 10 mil alunos das escolas públicas municipais e estaduais da cidade de Belém, com o Programa CAIXA de Iniciação ao Atletismo.

Com esse apoio, o atletismo brasileiro tem-se destacado nas competições internacionais, em especial a participação do atletismo no Pan-Americano de Santo Domingo, realizado em 2003 e estando com 36 atletas figurando entre os melhores do ranking da Federação Internacional de Atletismo – IAAF.

Outra ação desenvolvida pela CAIXA é o patrocínio das Loterias da Caixa à Equipe Paraolímpica Brasileira, por meio de contrato firmado com o Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB, no valor de R\$ 1,0 milhão, repassado pelo Fundo de Desenvolvimento das Loterias – FDL.

Como principal executora das políticas sociais do Governo Federal patrocina o atletismo brasileiro, fomentando a inclusão social e fortalecendo a cidadania, o que justifica o conceito da empresa “CAIXA: Para você. Para Todos os Brasileiros”.